

RELATORIO

DO

TRIBUNAL DE CONTAS

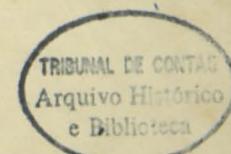
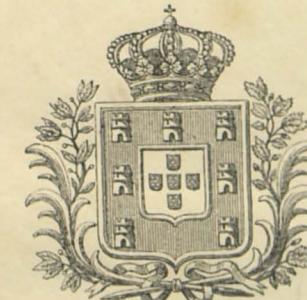
SOBRE AS

CONTAS DE EXERCICIO DOS MINISTERIOS

E DA

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

DO ANNO DE 1859-1860



N.º 653/96
Data 96/06/04

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1865

SENHORES:

Cumprindo o preceito do artigo 15.^o do decreto com força de lei, n.^o 1, de 19 de agosto de 1859 e do artigo 306.^o do regulamento geral da contabilidade publica de 12 de dezembro de 1863, tenho a honra de vos apresentar o relatorio e declaração geral do tribunal de contas, sobre as contas geraes do thesouro publico, de despeza dos diversos ministerios e da junta do credito publico, com referencia ao exercicio de 1859–1860.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 30 de abril de 1865.

Conde d'Avila.

SENHOR:

O tribunal de contas, dando execução ao preceito do artigo 15.^º do decreto com força de lei, n.^º 1, de 19 de agosto de 1859, tem a honra de levar á augusta presença de Vossa Magestade o resultado dos seus trabalhos sobre o exame das contas geraes do estado e das dos ministerios e junta do credito publico, respectivas ao exercicio de 1859-1860.

As diligencias empregadas pelo tribunal não conseguiram ainda remover de todo os
embaraços, que se têm opposto ao julgamento pontual das contas dos exactores.

A demora na remessa das mesmas contas, de que ainda faltam algumas; a irregularidade com que continuam a ser organisadas, em grande parte; a falta de avisos de conformidade em muitas das contas dos thesoureiros pagadores; a viciosa organisação dos mappas complementares, exigidos pela consulta do tribunal de 19 de janeiro de 1863, muitos dos quaes tiveram de ser devolvidos, a omissão na remessa das contas dos gerentes da junta do credito publico: todas estas causas demorando indefinidamente o andamento de muitos processos, têm offerecido obstaculo invencivel ao respectivo julgamento no prazo legal, resultando d'ahi, por consequencia necessaria, a impossibilidade em que o tribunal se tem achado de proferir a sua declaração geral de conformidade das contas dos exactores com as dos ministerios.

Nem é de estranhar que assim acontecesse, em presença d'essas causas largamente ponderadas no relatorio do tribunal de 24 de dezembro de 1862 e reconhecidas pelo ministerio dos negócios da fazenda, no relatorio que precede o decreto regulamentar da contabilidade publica de 12 de dezembro de 1863, em que o governo tratou de extinguí-las, sendo de esperar que serão no futuro completamente removidas.

Todavia apesar de tantos embaraços, filhos de circunstancias inevitaveis, n'um paiz que não chegou ainda a um estado perfeitamente normal em todos os ramos do serviço publico e com especialidade no que respeita a contabilidade, o tribunal muito se lisonjeia de poder affirmar a Vossa Magestade, que por effeito dos seus aturados esforços, e do bom serviço das suas repartições, o julgamento das contas continua a ter progressivo desenvolvimento, havendo portanto fundamento sufficiente para esperar que não tardará muito o dia em que o tribunal possa ter a honra de apresentar a Vossa Magestade as suas declarações geraes de conformidade, formuladas nos devidos termos.

Aproveitando portanto os elementos de que actualmente dispõe, assentou o tribunal as suas combinações sobre as contas de gerencia dos dois annos economicos de 1859-1860 e 1860-1861: fez extrahir d'ellas os algarismos que apresentam os seis primeiros capítulos d'este relatorio, e confrontando-os com os das contas do exercicio do dito anno de 1859-1860, organizou os trabalhos que hoje sobem á augusta presença de Vossa Magestade.

O capitulo 1.^º trata dos rendimentos publicos. Como Vossa Magestade verá, este capitulo, alem de comprehender todas as demonstrações que sobre a materia contém o relatorio de 24 de dezembro de 1862, apresenta mais a importancia de cada uma das fontes

de receita do estado, com designação do respectivo valor, calculado na lei do orçamento, liquidado, arrecadado e por cobrar no fim do exercicio, tudo acompanhado de observações sobre a origem de certas diferenças que se encontram entre as contas de gerencia dos dois annos economicos de 1859-1860 e 1860-1861 e a do exercicio do dito anno de 1859-1860; um quadro comparativo dos rendimentos liquidados e arrecadados durante o mesmo exercicio, extraido em vista da respectiva conta e das de gerencia e mapas demonstrativos dos rendimentos de 1859-1860, liquidados e cobrados nos districtos do reino e ilhas, com respeito aos vinte e quatro meses do exercicio, cujas contas estão já julgadas pelo tribunal.

O capitulo 2.^o comprehende toda a despesa do estado effeituada por cada um dos ministerios e pela junta do credito publico. Tambem este capitulo offerece d'esta vez maior desenvolvimento, apresentando os quadros comparativos da disposição de fundos do thesouro com a despesa auctorizada, da disposição dos mesmos fundos com a despesa effeituada; da despesa effeituada com a despesa auctorizada; da despesa liquidada com a despesa auctorizada; da despesa liquidada com a despesa effeituada e da importancia debitada nas contas com a importancia entregue pelo thesouro a cada um dos ministerios e á junta do credito publico, apresentando igualmente o quadro da situação da divida passiva em 30 de junho de 1861, com respeito ao exercicio de que se trata.

Offerece o capitulo 3.^o a receita effectiva do exercicio de 1859-1860, comparada com a despesa effeituada, propria do mesmo exercicio.

O capitulo 4.^o compara as despesas votadas pelo poder legislativo, com as que se effetuaram pelos ministerios e pela junta do credito publico.

Apresenta o capitulo 5.^o a situação da divida publica consolidada e fluctuante em 1.^o de julho de 1861, demonstrando o aumento ou diminuição que teve no periodo dos vinte e quatro meses decorridos desde o 1.^o de julho de 1859, e mostra tambem, em relação á mesma epocha, o estado da divida relativa aos titulos de renda vitalicia.

Comprehende o 6.^o as observações do tribunal sobre as contas dos ministerios e da junta do credito publico.

Trata finalmente o capitulo 7.^o de assumtos relativos ás camaras municipaes, administrações de districto e estabelecimentos de piedade e beneficencia.

CAPITULO I

RENDIMENTOS PUBLICOS

A organisação d'este capitulo sobre uma base completamente regular no rigor dos principios que determinam a forma d'este trabalho, deveria apresentar o resultado da comparação das cobranças effeituadas com os direitos liquidados em proveito do estado, em virtude das leis de meios promulgadas para o exercicio de 1859-1860, depois de julgadas definitivamente pelo tribunal de contas, todas as contas dos encarregados da arrecadação das rendas publicas, relativas ao mesmo periodo.

O tribunal, por causas superiores aos seus esforços, ainda n'este anno não pôde completar o julgamento das mesmas contas: faltando-lhe portanto os elementos essenciais de que tinha de extrahir um dos termos d'essa comparação, e aproveitando todos os de que podia dispor, teve de restringir-se ao sistema adoptado no anno de 1862, apresentando a seguinte recapitulação dos direitos liquidados e das receitas effeituadas durante o sobredito exercicio de 1859-1860.

| Contribuições e rendas publicas | Direitos liquidados | Receitas effeituadas | O que resta a cobrar |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| Receita ordinaria..... | 11.636:647\$624 | 11.324:403\$457 | 312:244\$167 |
| Rendimentos com applicação especial..... | 349:307\$672 | 329:429\$493 | 19:878\$179 |
| | | 11.653:832\$950 | |
| Recursos extraordinarios..... | -§- | 4.406:535\$764 | -§- |
| | 11.985:955\$296 | 16.060:368\$714 | 332:122\$346 |

Esta recapitulação vai desenvolvida nos dois resumos seguintes. Mostra o primeiro não só em globo, mas com a competente classificação, a importancia liquidada, comparada com as auctorizações legaes. Desenvolve o segundo, mediante as mesmas classificações, o estado da arrecadação, comparada com os rendimentos liquidados.

1.^o RESUMO

| | Réis |
|--|-----------------|
| A importancia liquidada dos rendimentos publicos proprios do exercicio de 1859-1860, foi de .. | 11.985:955\$296 |
| Segundo o orçamento do estado e leis especiaes, a receita votada era de .. | 11.476:508\$044 |
| Apresenta pois uma diferença para mais de .. | 509:447\$255 |

O resultado d'esta diferença para mais decompõe-se pelo modo que se segue:

| Rendimentos | Avaliação do orçamento e leis especiaes | Liquidados | Para mais | Para menos |
|--|---|-----------------|--------------|--------------|
| Impostos directos..... | 3.014:241\$579 | 3.233:545\$697 | 219:304\$118 | -\$- |
| Impostos indirectos..... | 6.249:965\$429 | 6.302:666\$387 | 82:700\$958 | -\$- |
| Proprios nacionaes e rendimentos diversos..... | 751:774\$006 | 1.054:433\$729 | 302:359\$723 | -\$- |
| Imposto por lei de 14 de agosto de 1858..... | 174:975\$249 | 174:975\$249 | -\$- | -\$- |
| Imposto para a amortisação de notas | 810:417\$471 | 871:326\$562 | 60:909\$091 | -\$- |
| Rendimentos com applicação especial..... | 505:134\$307 | 349:307\$672 | -\$- | 155:826\$635 |
| | 11.476:508\$044 | 11.985:955\$296 | 665:273\$890 | 155:826\$635 |
| | 509:447\$255 | | 509:447\$255 | |

2.^º RESUMO

Comparação dos direitos liquidados com o estado da arrecadação, relativa ao exercício de 1859-1860

| Rendimentos | Liquidados | Cobrados | Por cobrar |
|--|-----------------|-----------------|--------------|
| Impostos directos..... | 3.233:545\$697 | 3.010:696\$145 | 222:849\$552 |
| Impostos indirectos..... | 6.302:666\$387 | 6.215:268\$437 | 87:397\$950 |
| Proprios nacionaes e rendimentos diversos..... | 1.054:133\$729 | 1.052:137\$064 | 1:996\$665 |
| Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 | 174:975\$249 | 174:975\$249 | -\$- |
| Imposto para a amortisacão de notas | 874:326\$562 | 874:326\$562 | -\$- |
| Rendimentos com applicação especial | 349:307\$672 | 329:429\$493 | 19:878\$179 |
| | 11.985:955\$296 | 11.653:832\$950 | 332:122\$346 |

Os dois quadros antecedentes vão adiante completamente desenvolvidos, em relação a cada uma das fontes de receita publica, auctorizada, liquidada e arrecadada, durante o exercicio de 1859-1860.

| | Avaliação da receita pelo orçamento e leis especiais | Sommas liquidadas | Cobrança efectuada | Restos a cobrar | |
|---|--|-------------------|--------------------|-----------------|---------|
| Impostos directos | | | | | |
| Contribuição predial..... | 1.328:752\$000 | 1.329:334\$278 | 1.262:421\$906 | 66:912\$372 | |
| Dois por cento para falhas e annullações..... | 26:575\$040 | 26:566\$192 | 25:232\$553 | 1:333\$639 | |
| Impostos de quotidade..... | 428:664\$078 | 533:482\$402 | 431:243\$095 | 102:239\$307 | |
| Dizimos nas ilhas adjacentes..... | 135:756\$549 | 148:908\$155 | 148:908\$055 | -§100 | |
| Quinto nas ilhas adjacentes..... | 206\$440 | 358\$666 | 65\$670 | 292\$996 | |
| Decima predial nas ilhas..... | 13:198\$344 | 12:685\$083 | 11:505\$847 | 1:179\$236 | |
| Finto na ilha da Madeira..... | 928\$220 | 962\$201 | 784\$559 | 177\$642 | |
| Quartos de maquias na ilha de S. Miguel..... | 2:640\$000 | 2:880\$432 | 2:880\$432 | -§- | |
| Terças dos concelhos..... | 37:070\$960 | 37:450\$836 | 29:762\$140 | 7:688\$696 | |
| Contribuição dos concelhos para a universidade de Coimbra..... | 4:229\$337 | 3:622\$803 | 2:394\$714 | 1:228\$089 | |
| Subsidio litterario nas ilhas..... | 3:832\$635 | 8\$369 | 8\$369 | -§- | |
| Direitos de mercê..... | 61:835\$367 | 70:903\$532 | 62:435\$354 | 8:468\$178 | |
| Matriculas e cartas..... | 27:491\$295 | 26:577\$635 | 26:577\$635 | -§- | |
| Sizas..... | 298:100\$834 | 355:260\$745 | 355:260\$745 | -§- | |
| Imposto sobre transmissão de propriedade..... | 44:329\$662 | 42:578\$889 | 36:304\$981 | 6:273\$908 | |
| Papel sellado..... | 207:269\$280 | 224:422\$666 | 224:422\$666 | -§- | |
| Sélio de verba..... | 103:790\$103 | 123:919\$644 | (a) 123:847\$344 | 72\$300 | |
| Multas judiciaes e outras..... | 24:986\$282 | 27:532\$185 | 27:432\$185 | -§- | |
| Imposto sobre as minas..... | 10:000\$000 | 3:014\$121 | 3:014\$121 | -§- | |
| Compensação das camaras dos concelhos de Belem e dos Olivaes..... | 20:304\$090 | -§- | -§- | -§- | |
| Imposto para a construcção e conservação das estradas..... | 234:281\$063 | 263:076\$863 | 236:093\$774 | 26:983\$089 | |
| | 3.014:244\$579 | 3.233:545\$697 | 3.010:696\$145 | 222:849\$552 | |
| Impostos indirectos | | | | | |
| Alfandegas.... { maiores { no continente..... | 4.310:755\$874 | 4.300:940\$935 | 4.300:940\$935 | -§- | |
| | 211:552\$646 | 224:306\$754 | 224:306\$754 | -§- | |
| | { menores { no continente..... | 129:443\$119 | 149:995\$522 | 149:995\$522 | -§- |
| | { nas ilhas..... | 1:069\$259 | 801\$960 | 801\$960 | -§- |
| Imposto do pescado.... { no continente..... | 56:146\$244 | 53:920\$896 | 53:920\$896 | -§- | |
| | { nas ilhas..... | 4:243\$916 | 3:908\$891 | 3:908\$891 | -§- |
| Contrato do tabaco..... | 1.321:000\$000 | 1.397:110\$904 | 1.341:000\$000 | 56:110\$904 | |
| Real de agua e direitos sobre o consumo da carne { no continente..... | 139:308\$045 | 135:846\$441 | 104:606\$762 | 31:239\$679 | |
| | { nas ilhas..... | 15:797\$910 | 11:430\$369 | 11:383\$002 | 47\$367 |
| Emolumentos da capitania do porto da Horta..... | 138\$240 | 183\$040 | 183\$040 | -§- | |
| Imposto para as obras da barra do Douro..... | 10:564\$530 | 13:356\$500 | 13:356\$500 | -§- | |
| Imposto de 500 réis em pipa de vinho entrado no Porto..... | 18:222\$795 | 10:864\$175 | 10:864\$175 | -§- | |
| Direitos da navegação do rio Douro..... | 1:722\$854 | -§- | -§- | -§- | |
| | 6.219:965\$429 | 6.302:666\$387 | 6.215:268\$437 | 87:397\$950 | |

(a) Na conta de exercício declara-se ter sido arrecadada por este imposto a quantia de 123.843 \$344 réis, ao passo que as contas de gerencia de 1859-1860 e 1860-1861 mostram que a cobrança efectuada durante o mesmo exercicio foi de mais 4.500 réis.

| | Avaliação pelo orçamento e leis especiais | Sommas liquidadas |
|--|---|-------------------|
| Proprios nacionaes | | |
| Pinhaes e matas..... | 88:310\$032 | 65:256\$991 |
| Rendimento do extinto collegio dos nobres..... | 6:083\$350 | 5:950\$570 |
| Rendimento da academia real das sciencias..... | 1:343\$705 | 1:403\$130 |
| Renda do presidio da Trafaria..... | 180\$000 | -§- |
| Renda do moinho de Valle de Zebro..... | 345\$600 | 147\$000 |
| Renda dos terrenos pertencentes aos castellos de S. João Baptista e S. Sebastião na ilha Terceira..... | 602\$632 | 796\$831 |
| Barcas de passagem e pontes..... | 3:566\$000 | 10:218\$225 |
| Frete em navios do estado..... | 2:000\$000 | 1:002\$372 |
| Correio geral..... | 254:600\$000 | 327:287\$266 |
| Imprensa nacional..... | 52:156\$043 | 83:645\$953 |
| Imprensa da universidade..... | 8:606\$260 | 12:228\$564 |
| Arsenal do exercito e fabrica da polvora..... | 35:782\$358 | 38:104\$769 |
| Fornos de cal e gesso, e pedreiras..... | 11:244\$600 | 7:591\$220 |
| Fornos de tijolo | 180\$000 | -§- |
| Abegoaria da intendencia das obras publicas..... | 1:737\$040 | 2\$520 |
| Hospital de invalidos militares em Runa..... | 3:540\$400 | 3:865\$625 |
| Hospital da marinha..... | 3:000\$000 | 2:733\$905 |
| Juros de titulos de divida fundada pertencentes á fazenda..... | 200:099\$562 | 393:129\$938 |
| Juros de captaes mutuados pelos extintos conventos | 7:302\$208 | 6:423\$991 |
| Rendimento do conselho de saude publica do reino..... | 1:327\$367 | 3:737\$195 |
| Armazenagem nas alfandegas..... | 5:144\$762 | 8:662\$280 |
| Aluguer de logares pela alfandega municipal..... | 1:030\$123 | 1:198\$650 |
| Distrate de captaes mutuados pelos extintos conventos..... | 12:704\$890 | 8:213\$416 |
| Venda de pau Brazil e Rainha..... | 1:191\$615 | -§- |
| Venda de vidros da fabrica da Marinha Grande..... | 6:000\$000 | 720\$811 |
| Heranças jacentes e residuos | 4:148\$116 | 386\$458 |
| Agio das notas do banco de Lisboa que entraram em uma parte do preço do contrato do tabaco | 625\$000 | -§- |
| Restituição do adiantamento feito á camara municipal de Coimbra..... | 1:055\$000 | 1:432\$800 |
| Receita das quotas com que diversos officiaes militares e empregados civis do exercito, contribuem para o monte pio militar..... | 7:907\$400 | 6:267\$415 |
| Receitas avulsas e eventuaes..... | 29:939\$941 | 63:725\$834 |
| Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 | | |
| No continente do reino..... | 166:546\$153 | 166:546\$153 |
| Nas ilhas adjacentes | 8:429\$096 | 8:429\$096 |
| | 174:975\$249 | 174:975\$249 |
| Imposto para a amortização de notas | | |
| No continente do reino..... | 810:417\$471 | 842:908\$081 |
| Nas ilhas adjacentes | | 28:448\$481 |
| | 810:417\$471 | 871:326\$562 |

| Cobrança effectuada | Restos a cobrar | Observações | |
|--|-----------------------|----------------|-------------|
| Confrontada a conta de exercicio, com os desenvolvimentos juntos ás contas de gerencia, vê-se que não estão em harmonia estas com aquella, dando-se as seguintes diferenças: | | | |
| Na liquidação | | | |
| Segundo os desenvolvimentos das contas de gerencia..... | | | |
| Segundo a conta de exercicio..... | | | |
| Diferença..... | | | |
| Na cobrança | | | |
| Segundo os desenvolvimentos..... | | | |
| Segundo a conta de exercico..... | | | |
| Diferença..... | | | |
| Têm origem estas diferenças nos seguintes rendimentos: | | | |
| Nos desenvolvimentos | Na conta do exercicio | Para mais | Para menos |
| Quanto a liquidação | | | |
| Juros de divida fundada pertencentes á fazenda | 393:129\$938 | 382:853\$438 | 10:276\$500 |
| Distrate de captaes mutuados pelos extintos conventos..... | 8:213\$416 | 8:283\$916 | -§- 70\$500 |
| Restituição de adiantamentos feitos á mara de Coimbra..... | 1:432\$800 | 685\$000 | 747\$800 |
| Receitas avulsas e eventuaes | 63:725\$834 | 63:751\$744 | -§- 25\$910 |
| | 466:501\$988 | 455:574\$098 | 11:024\$300 |
| | | | 96\$410 |
| | | 10:927\$890 | 10:927\$890 |
| Quanto a cobrança | | | |
| Juros de divida fundada pertencentes á fazenda | 393:129\$938 | 382:853\$438 | 10:276\$500 |
| Distrate de captaes mutuados pelos extintos conventos..... | 8:213\$416 | 8:283\$916 | -§- 70\$500 |
| Restituição de adiantamentos feitos á mara de Coimbra..... | 1:432\$800 | -§- 1:432\$800 | -§- |
| Receitas avulsas e eventuaes..... | 63:725\$834 | 63:751\$744 | -§- 25\$910 |
| | 466:501\$988 | 454:889\$098 | 11:709\$300 |
| | | | 96\$410 |
| | | 11:612\$890 | 11:612\$890 |
| N'este imposto diversifica a liquidação e cobrança, entre a conta do exercicio apresentada pelo tesouro e os desenvolvimentos juntos ás contas de gerencia, em 2\$320 réis para menos, que provém da receita verificada nas ilhas adjacentes, durante o anno economico de 1860-1861. | | | |

| | Avaliação da receita pelo orçamento e leis especiaes | Sommas liquidadas |
|--|--|----------------------|
| Rendimentos com applicação especial, na conformidade do decreto de 30 de agosto de 1852 e mais legislação correlativa | | |
| Producto em dinheiro da venda de bens nacionaes..... | 72:000\$000 | 21:097\$07 |
| Producto de remissão e venda de fóros | 210:000\$000 | 23:983\$93 |
| Rendas | 14:600\$000 | 17:161\$91 |
| Fóros, censos e pensões..... | 76:000\$000 | 32:421\$69 |
| Laudemios..... | 4:200\$000 | 1:814\$92 |
| Juros de titulos de divida funda- da com ap- plicação espe- cial | De 2.000:000\$000 réis de inscripções que servem de garantia ao emprestimo de 800:000\$000 réis, para construcção de navios de guerra | 30:000\$00 |
| | De 1.500:000\$000 réis de inscripções, do penhor do emprestimo de réis 600:000\$000, sobre rendimentos atrazados | 22:500\$00 |
| | De bonds e inscripções que servem de garantia ao emprestimo de réis 600:000\$000, por decreto de 21 de fevereiro de 1859..... | 128:334\$307 |
| | De 1.500:000\$000 réis de bonds e inscripções que servem de penhor do emprestimo de 600:000\$000 réis para estradas..... | 22:500\$00 |
| | De 1.000:000\$000 réis que servem de garantia aos emprestimos para estradas, contratados com o banco de Portugal e companhia utilidade publica | 45:000\$00 |
| | Imposto para as obras da barra da Figueira | -\$- |
| | Producto da venda de generos..... | -\$- |
| | Restituição de juros de bonds e inscripções | -\$- |
| | Telegraphos electricos | -\$- |
| | Receita do Diario de Lisboa..... | -\$- |
| | Receita dos emolumentos do tribunal de contas..... | -\$- |
| Receitas não comprehendi- das na lei de meios..... | Instituto agricola..... | -\$- |
| | Instituto industrial de Lisboa..... | -\$- |
| | Juros e prestações por lei de 12 de agosto de 1853..... | -\$- |
| | Rendas | -\$- |
| | Receita da exploração do caminho de ferro de leste | -\$- |
| | Conversão por decreto de 13 de dezembro de 1851 | -\$- |
| | Conversão por lei de 28 de junho de 1854 | -\$- |
| | Beneficio da conversão por lei de 28 de junho de 1854..... | -\$- |
| | Beneficio pela amoedação de metaes | -\$- |
| | Tres por cento de dívidas por decreto de 3 de novembro de 1860..... | -\$- |
| | | 562\$89 |
| | | 505:134\$307 |
| | | 349:307\$67 |

| Cobrança effeituada | Restos a cobrar | Observações | |
|------------------------|--------------------|---|--------------|
| 21:097\$073 | -§- | A importancia total d'este rendimento que offerece a conta de exercicio organizada pelo thesouro publico, não confere com a totalidade da cifra colhida pelos exames feitos no tribunal e lançada n'este mappa, em vista das contas de gerencia dos annos economicos de 1859-1860 e 1860-1861; entre estas e aquella dão-se as seguintes differenças: | |
| 23:983\$932 | -§- | | |
| 15:110\$635 | 2:051\$276 | | |
| 15:090\$154 | 17:331\$540 | | |
| 1:814\$920 | -§- | Na liquidação | |
| 30:000\$000 | -§- | Menciona a conta de exercicio do thesouro..... | 536:027\$759 |
| | | Deduz-se: | |
| | | A importancia do imposto criado pela carta de 14 de agosto de 1858, a qual figura no logar competente..... | 174:972\$929 |
| | | Restituição á camara de Coimbra, pelo motivo supra..... | 1:432\$800 |
| 22:500\$000 | -§- | Reposições de ministerios | 155\$860 |
| | | Valor apresentado na conta de exercicio do thesouro..... | 359:466\$170 |
| 22:500\$000 | -§- | Valor conhecido pelo exame feito pelo tribunal nas contas de gerencia..... | 349:307\$672 |
| | | Diferença para mais segundo a conta do thesouro..... | 10:158\$498 |
| 45:000\$000 | -§- | Na cobrança | |
| | | Menciona a conta de exercicio do thesouro..... | 516:415\$881 |
| | | Deduzem-se, como acima | 176:561\$589 |
| 22:500\$000 | -§- | Valor apresentado na conta de exercicio do thesouro..... | 339:854\$292 |
| 7:805\$382 | -§- | Valor conhecido pelo exame feito pelo tribunal nas contas de gerencia | 329:429\$493 |
| 1:619\$626 | -§- | Diferença para mais segundo a conta do thesouro..... | 10:424\$799 |
| 423\$586 | -§- | Origem d'estas diferenças | |
| 20:805\$425 | -§- | Quanto á liquidação | |
| 12:834\$355 | -§- | Juros de titulos de divida fundada com applicação especial | |
| 236\$820 | -§- | 142:500\$000 | 152:776\$500 |
| 1:960\$820 | -§- | 1:188\$864 | 1:070\$862 |
| 13:831\$594 | -§- | 143:688\$864 | 153:847\$362 |
| 1:188\$864 | -§- | | 10:158\$498 |
| 21\$600 | -§- | Fóros, censos e pensões..... | 15:090\$154 |
| 30:115\$366 | -§- | Tres por cento de dividas, por decreto de 3 de novembro de 1860..... | 67\$529 |
| 200\$000 | -§- | Juros de titulos de divida fundada com applicação especial..... | 142:500\$000 |
| 150\$000 | -§- | 1:188\$864 | 152:776\$500 |
| 224\$802 | -§- | Juros e prestações por lei de 12 de agosto de 1853 | 158:846\$547 |
| 18:347\$010 | -§- | 1:070\$862 | 149:271\$346 |
| 67\$529 | 495\$363 | | 118\$002 |
| 329:429\$493 | 19:878\$179 | | -§- |
| | | | 10:424\$799 |
| | | | 10:424\$799 |

Vê-se portanto d'este quadro: 1º, que ao passo que as contas da gerencia dos annos economicos de 1859-1860 e 1860-1861, declararam haver sido liquidada para o exercicio de 1859-1860 a receita de 11.955.955\$96 réis, a conta d'esse mesmo exercicio certifica que a liquidação dessa receita fôra de 11.955.185\$54 réis, isto é, menos 77\$712 réis; 2º, que enquanto as ditas contas da gerencia atestam ter-se effectuado, por conta da receta autorizada para aquele exercicio, a cobrança de 11.653.829\$950 réis, a conta d'esse mesmo exercicio declara que essa cobrança fôra de 11.632.653\$539 réis, isto é, menos 149\$411 réis; e 3º, que posto as referidas contas da gerencia manifestarem no fim do exercicio de 1859-1860 um saldo em dívida de 332.122\$346 réis, a conta do mesmo exercicio attesta ser esse mesmo saldo de 332.515\$045 réis, isto é, mais 422\$609 réis.

QUADRO COMPARATIVO DOS RENDIMENTOS LIQUIDADOS E ARRECADADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 1859-1860
EXTRAHIDO EM VISTA DA CONTA DE EXERCÍCIO ORGANISADA NO TESOURO

MADDA DEMONSTRATIVO DOS PENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1860-1861 LIQUIDADOS E COMBIDOS NO DICTINICO DE VENDA

Wanted and reward offered for information leading to conviction of the persons who committed the said robbery.

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | |
|-----------------|--------------------------------|--------------|--------------------|-------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | |
| | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado |
| Almodovar | 19:424\$541 | 18:420\$065 | 701\$476 | 46:337\$702 |
| Beja | 34:614\$060 | 32:970\$923 | 1:643\$137 | 28:360\$003 |
| Cuba | 17:976\$553 | 17:457\$737 | 518\$816 | 14:406\$675 |
| Moura | 27:625\$079 | 26:111\$391 | 1:513\$688 | 24:153\$009 |
| Odemira | 8:393\$969 | 7:988\$617 | 405\$352 | 7:947\$189 |
| | 407:731\$202 | 402:948\$733 | 4:782\$469 | 90:404\$578 |
| | | | 3:590\$330 | 5:327\$548 |
| | | | 1:192\$139 | -§- |
| | | | | -§- |

Mostra este mappa que a cobrança n'este distrito foi de 95,5 por cento.

| Comarcas | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|------------------------------|--|--------------|--------------------|-------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | |
| | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado |
| Barelos | 37:574\$680 | 36:614\$448 | 903\$262 | 31:41\$302 |
| Braga | 66:552\$947 | 62:887\$107 | 3:665\$810 | 39:010\$477 |
| Celorico do Basto | 49:169\$654 | 49:012\$517 | 426\$737 | 45:609\$586 |
| Fafe | 43:605\$503 | 43:588\$000 | 17\$303 | 41:187\$692 |
| Goumarães | 40:315\$642 | 39:160\$193 | 4:155\$149 | 33:143\$577 |
| Povo da Lanhoso | 46:946\$775 | 46:520\$545 | 444\$230 | 44:343\$635 |
| Vila Nova da Famalicão | 49:787\$362 | 49:714\$428 | 72\$934 | 46:234\$447 |
| Vila Verde | 23:665\$326 | 22:909\$784 | 755\$542 | 20:353\$024 |
| | 237:634\$759 | 230:433\$792 | 7:200\$907 | 6:634\$483 |
| | | | | 482\$484 |
| | | | | 87\$003 |

A cobrança n'este distrito verificou-se na razão de 96,9 por cento.

Salvo o que se vê no globo, os valores que se indicam são o equivalente à

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICTO DE BRAGANÇA
NOS Vinte e Quatro MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | |
|------------------|--------------------------------|-------------|--|--|-------------------|------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | Imposto de viação | |
| | Liquidado | Cobrada | Restos a cobrar em 30 de Junho de 1861 | Liquidado | Cobrados | Liquidado |
| Bragança | 13.061.975 | 13.469.303 | 4.923.672 | 11.226.944 | 10.803.558 | 18.782.804 |
| Macedo | 8.450.372 | 7.692.319 | 758.574 | 7.604.905 | 6.846.331 | -3- |
| Miranda | 8.563.431 | 7.927.550 | 635.923 | 7.619.321 | 6.983.290 | 79.490 |
| Mirandella | 14.934.831 | 13.964.801 | 973.303 | 13.314.552 | 12.344.522 | 4.8040 |
| Mogadouro | 10.265.352 | 9.874.377 | 390.5573 | 8.865.292 | 8.484.919 | 238.416 |
| Moncorvo | 17.586.536 | 15.279.316 | 2.307.370 | 15.354.205 | 14.589.643 | 145.630 |
| Vinhaes | 7.719.386 | 7.486.339 | 233.3067 | 6.923.371 | 5.8833 | 92.3739 |
| | | | | | | |
| | 81.482.823 | 75.691.8074 | 5.791.309 | 149.3916 | -3- | |
| | | | | | | |

A cobrança n'este distrito foi na raso de 92,8 por cento.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICTO DE CASTELLO BRANCO
NOS Vinte e Quatro MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | |
|-----------------------|--------------------------------|------------|--------------------|--|--------------------------------------|-----------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | Imposto para a amortisação das notas | |
| | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado |
| Castello Branco | 24.399.687 | 23.800.137 | 599.550 | 1.807.630 | 1.255.683 | 1.258.683 |
| Certã | 14.927.528 | 12.429.898 | 138.3130 | 138.3130 | 1.258.683 | 1.258.683 |
| Covilhã | 20.033.863 | 19.730.949 | 96.3739 | 74.94128 | 74.94128 | 74.94128 |
| Fundão | 14.584.454 | 13.984.038 | 98.406 | 76.6322 | 76.6322 | 76.6322 |
| Idanha a Nova | 14.249.374 | 13.686.986 | 138.3279 | 1.023.665 | 1.023.665 | 1.023.665 |
| | | | | | | |
| | 87.738.908 | 83.632.808 | 4.106.800 | 2.734.823 | 1.372.8077 | -3- |
| | | | | | | |

A cobrança n'este distrito foi de 93,3 por cento.

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | |
|--|--------------------------------|---------------------|--|
| | Liquidação | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 |
| Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
| MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRITO DE COIMBRA | | | |
| Arganil | 9.263.306 | 9.180.837 | 55.199 |
| Cantanhede | 9.693.489 | 9.533.077 | 8.225.361 |
| Lousã | 13.616.724 | 13.361.999 | 12.975.354 |
| Figueira | 14.830.914 | 14.361.709 | 11.059.577 |
| Coimbra | 52.806.674 | 41.429.666 | 40.219.633 |
| Montemor o Velho | 11.059.417 | 10.975.101 | 11.059.417 |
| Soure | 13.288.899 | 12.975.725 | 11.820.802 |
| Tábua | 12.381.833 | 12.204.557 | 12.381.833 |
| | 135.004.368 | 132.202.259 | 2.802.3109 |
| Impostos directos | | | |
| Arganil | 14.438.530 | 14.204.921 | 14.438.530 |
| Cantanhede | — | — | — |
| Lousã | — | — | — |
| Figueira | — | — | — |
| Coimbra | — | — | — |
| Montemor o Velho | — | — | — |
| Soure | — | — | — |
| Tábua | — | — | — |
| | 144.438.530 | 142.024.921 | 144.438.530 |
| Proprios nacionais | | | |
| Arganil | 150.3604 | 150.3604 | 150.3604 |
| Cantanhede | 100.3445 | 100.3445 | 100.3445 |
| Lousã | 152.206 | 152.206 | 152.206 |
| Figueira | 186.3734 | 186.3734 | 186.3734 |
| Coimbra | 23.650 | 23.650 | 23.650 |
| Montemor o Velho | 160.3160 | 160.3160 | 160.3160 |
| Soure | 121.3018 | 121.3018 | 121.3018 |
| Tábua | 47.212 | 47.212 | 47.212 |
| | 150.3604 | 150.3604 | 150.3604 |
| Imposto de viação | | | |
| Arganil | 1.171.2512 | 1.171.2512 | 1.171.2512 |
| Cantanhede | 1.315.2302 | 1.315.2302 | 1.315.2302 |
| Lousã | 1.188.2395 | 1.188.2395 | 1.188.2395 |
| Figueira | 854.383 | 854.383 | 854.383 |
| Coimbra | 910.013 | 910.013 | 910.013 |
| Montemor o Velho | 1.260.3019 | 1.260.3019 | 1.260.3019 |
| Soure | 7.830.629 | 7.830.629 | 7.830.629 |
| Tábua | 47.830.629 | 47.830.629 | 47.830.629 |
| | 1.171.2512 | 1.171.2512 | 1.171.2512 |
| Imposto para a amortização das notas | | | |
| Arganil | 1.466.3204 | 1.466.3204 | 1.466.3204 |
| Cantanhede | — | — | — |
| Lousã | — | — | — |
| Figueira | — | — | — |
| Coimbra | — | — | — |
| Montemor o Velho | — | — | — |
| Soure | — | — | — |
| Tábua | — | — | — |
| | 1.466.3204 | 1.466.3204 | 1.466.3204 |
| Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
| NOS Vinte e quatro MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO | | | |
| MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRITO DE EVORA | | | |
| NOS Vinte e quatro MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO | | | |
| Estremoz | 31.796.3005 | 31.508.3043 | 287.962 |
| Evora | 50.182.343 | 49.997.5792 | 484.314 |
| Montemor o Novo | 29.289.3634 | 29.126.3982 | 162.652 |
| Redondo | 26.291.3462 | 26.288.3114 | 3.348 |
| | 137.559.5554 | 136.920.3934 | 638.623 |

Foi de 97,9 por cento, a cobrança efectuada n'este distrito.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRITO DE EVORA
NOS Vinte e quatro MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | |
|---|--------------------------------|---------------------|--|
| | Liquidação | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 |
| Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
| Impostos directos | | | |
| Estremoz | 31.796.3005 | 31.508.3043 | 27.741.5316 |
| Evora | 50.182.343 | 49.997.5792 | 43.498.5633 |
| Montemor o Novo | 29.289.3634 | 25.480.3301 | 653.5518 |
| Redondo | 26.291.3462 | 23.256.3527 | 284.3455 |
| | 137.559.5554 | 136.920.3934 | 638.623 |
| Proprios nacionais | | | |
| Estremoz | 27.894.3316 | 43.498.5814 | 4.327.5324 |
| Evora | 43.681.5814 | 49.058.666 | 3.325.994 |
| Montemor o Novo | 25.480.3301 | 27.831.07 | 331.3135 |
| Redondo | 23.256.3527 | 278.3107 | 275.670 |
| | 120.312.988 | 119.977.414 | 2.751.5893 |
| Imposto de viação | | | |
| Estremoz | 354.5147 | 391.5337 | 391.5337 |
| Evora | 630.3208 | 630.3208 | 4.542.5907 |
| Montemor o Novo | 331.5135 | 331.5135 | 2.824.5680 |
| Redondo | 275.670 | 275.670 | 2.477.5810 |
| | 1.628.3350 | 1.628.3350 | 42.866.323 |
| Imposto para a amortização das notas | | | |
| Estremoz | 3.020.5926 | 3.020.5926 | 3.020.5926 |
| Evora | 4.542.5907 | 4.542.5907 | 4.542.5907 |
| Montemor o Novo | 2.824.5680 | 2.824.5680 | 2.824.5680 |
| Redondo | 2.477.5810 | 2.477.5810 | 2.477.5810 |
| | — | — | — |

Foi muito lisonjeiro o estado da cobrança n'este distrito, que se elevou a 99,5 por cento.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRITO DE LEIRIA

NOS VINTE E QUATRO MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|--------------------------|--------------------------------|-------------|--|-------------|--|------------|--------------------------------------|------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | Imposto de viacão | | Imposto para a amortização das notas | |
| | Liquidado | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado | Liquidado |
| Alcobaça..... | 15.216.924 | 14.888.3176 | 327.845 | 12.614.5797 | 12.522.662 | 971.3025 | 174.8609 | 1.455.330 |
| Caldas da Rainha..... | 21.162.926 | 18.108.3566 | 3.054.3360 | 18.142.6768 | 15.404.3260 | 974.3796 | 658.8854 | 221.3617 |
| Figueiró dos Vinhos..... | 9.924.318 | 9.306.3565 | 614.3753 | 8.630.3290 | 8.299.3457 | 713.313 | 539.3132 | 49.3066 |
| Leiria..... | 18.920.3197 | 18.610.3899 | 309.3298 | 15.739.3845 | 15.544.3558 | 683.3780 | 572.3769 | 291.3733 |
| Pombal..... | 12.143.342 | 11.979.3985 | 163.3427 | 10.759.3493 | 10.655.3607 | 33.3162 | 13.321 | 4.150.3683 |
| Porto de Moz..... | 8.310.3541 | 8.016.3798 | 293.3543 | 6.572.3302 | 6.416.3516 | 852.3717 | 743.3617 | 99.3204 |
| | | | | 72.519.3044 | 68.750.3060 | 4.228.3250 | 3.234.3008 | 986.3912 |
| | 85.674.3215 | 80.910.3989 | 4.763.3226 | 3.788.3984 | 991.3242 | -5- | -5- | -5- |

A cobrança efectuada n'este districto, foi de 94,4 por cento.

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------|--|---------------|--|---------------|--------------------------------------|--------------|
| | Impostos diretos | | Proprios nacionaes | | Imposto de viacão | | Imposto para a amortização das notas | |
| | Liquidado | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado | Liquidado |
| Caixa central do distrito..... | 2.091.776.092 | 2.034.776.092 | 49.114.5041 | 87.955.605 | 49.882.88251 | 4.075.9841 | 16.832.6744 | 3.074.3377 |
| Lisboa | 556.619.646 | 49.114.5041 | 23.436.3149 | 3.074.3377 | 22.588.6333 | 2.031.776.092 | 216.887.9698 | 1.433.455600 |
| Alcacer | 26.507.696 | 26.507.696 | 16.445.3279 | 9.233.6220 | 13.365.3504 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Aldeia Gallega..... | 25.678.496 | 16.445.3279 | 16.445.3279 | 22.334.3221 | 21.838.6704 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Alemequer..... | 33.475.314 | 26.035.3289 | 7.336.3835 | 28.877.9601 | 15.516.5117 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Almada..... | 25.517.585 | 18.687.5834 | 6.830.031 | 22.021.5193 | 15.516.5117 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Cintra..... | 39.481.806 | 35.230.3639 | 4.251.5607 | 35.076.3428 | 30.894.3754 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Mafra..... | 13.370.697 | 11.736.6154 | 4.384.3556 | 10.204.6025 | 9.751.542 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Sesimbra..... | 32.025.966 | 26.311.6194 | 5.751.542 | 23.565.3662 | 19.825.3996 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Torres Vedras..... | 29.344.521 | 18.886.5238 | 2.057.933 | 18.312.5112 | 16.436.5230 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Vila Franca..... | 37.039.684 | 35.907.5109 | 7.192.445 | 7.192.445 | 7.192.445 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| | 2.834.313.606 | 2.707.366.635 | 131.368.601 | 1.429.701.617 | 990.699.550 | 800.995.523 | 1.429.701.617 | 990.699.550 |
| | 5.166.924 | 3.943.365.000 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 |
| | 394.336.681 | 394.336.681 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 |
| | 3.166.924 | 3.166.924 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 |
| | 11.739.696 | 11.739.696 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 |
| | 72.174.549 | 72.174.549 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 | 1.433.455600 |
| | -5- | -5- | -5- | -5- | -5- | -5- | -5- | -5- |

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICO DE LISBOA

NOS Vinte e quatro meses da duração do mesmo exercicio

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------|--|---------------|--|--------------|--------------------------------------|--------------|
| | Impostos diretos | | Proprios nacionaes | | Imposto de viacão | | Imposto para a amortização das notas | |
| | Liquidado | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado | Liquidado |
| Caixa central do distrito..... | 2.031.776.092 | 2.034.776.092 | 49.114.5041 | 87.955.605 | 49.882.88251 | 4.075.9841 | 16.832.6744 | 3.074.3377 |
| Lisboa | 556.619.646 | 49.114.5041 | 23.436.3149 | 3.074.3377 | 22.588.6333 | 216.887.9698 | 1.433.455600 | 1.433.455600 |
| Alcacer | 26.507.696 | 26.507.696 | 16.445.3279 | 9.233.6220 | 13.365.3504 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Aldeia Gallega..... | 25.678.496 | 16.445.3279 | 16.445.3279 | 22.334.3221 | 21.838.6704 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Alemequer..... | 33.475.314 | 26.035.3289 | 7.336.3835 | 28.877.9601 | 15.516.5117 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Almada..... | 25.517.585 | 18.687.5834 | 6.830.031 | 22.021.5193 | 15.516.5117 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Cintra..... | 39.481.806 | 35.230.3639 | 4.251.5607 | 35.076.3428 | 30.894.3754 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Mafra..... | 13.370.697 | 11.736.6154 | 4.384.3556 | 10.204.6025 | 9.751.542 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Sesimbra..... | 32.025.966 | 26.311.6194 | 5.751.542 | 23.565.3662 | 19.825.3996 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Torres Vedras..... | 29.344.521 | 18.886.5238 | 2.057.933 | 18.312.5112 | 16.436.5230 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| Vila Franca..... | 37.039.684 | 35.907.5109 | 7.192.445 | 7.192.445 | 7.192.445 | 1.433.455600 | 16.832.6744 | 1.433.455600 |
| | 2.834.313.606 | 2.707.366.635 | 131.368.601 | 1.429.701.617 | 990.699.550 | 800.995.523 | 1.429.701.617 | 990.699.550 |
| | 5.166.924</ | | | | | | | |

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|------------------|--------------------------------|-------------|--|---------------|--|--|--------------------|------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | Impostos directos | | Proprios nacionaes | |
| | Liquidado | Cobrada | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidado | Cobrada | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidado | Cobrada |
| Elvas | 39:245\$906 | 37:988\$547 | 1:287\$359 | 34:064\$900 | 33:076\$114 | 1:025\$820 | 29:291\$021 | 6:561\$940 |
| Frontera..... | 27:720\$659 | 26:962\$053 | 7:78\$606 | 23:587\$295 | 23:038\$018 | 986\$895 | 117\$846 | 4:288\$473 |
| Niza..... | 16:825\$448 | 16:421\$968 | 103\$480 | 14:594\$324 | 14:584\$994 | 167\$031 | 137\$250 | 143\$217 |
| Portalegre | 41:889\$852 | 38:534\$956 | 3:364\$996 | 34:307\$792 | 31:137\$757 | 3:685\$431 | 57\$435 | 52\$390 |
| | | | | 4:06:614\$251 | 101:806\$883 | 5:188\$104 | 107\$421 | 107\$421 |
| | | | | 4:330\$603 | 4:330\$603 | 5:188\$104 | 111\$667 | 111\$667 |
| | | | | 6:77\$073 | -\$- | 11:581\$934 | 1:077\$884 | 1:077\$884 |
| | | | | | | 11:581\$934 | 4:032\$592 | 4:032\$592 |
| | | | | | | | 2:446\$739 | 2:446\$739 |
| | | | | | | | 4:355\$539 | 4:355\$539 |
| | | | | | | | 1:423\$859 | 1:423\$859 |
| | | | | | | | 3:629\$287 | 3:629\$287 |
| | | | | | | | | |

Foi de 95,5 por cento a cobrança efectuada n'este distrito.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICTO DO PORTO

NOS VINTE E QUATRO MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCÍCIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|--------------|-------------|-------------|--|--------------|--------------------|-------------|
| | Impostos para a amortização das notas | | Liquidação | | Cobrança | | Proprios nacionaes | |
| | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado | Liquidado | Cobrado |
| Recebedor dos direitos eventuais | 39:482\$561 | 39:482\$561 | 11:519\$662 | 11:519\$662 | 240\$770 | 9:849\$510 | 9:649\$056 | 128\$417 |
| Amarele..... | 7:269\$029 | 7:259\$019 | 9:980 | 6:397\$869 | 6:391\$006 | 48\$860 | 45\$743 | 70\$047 |
| Baião..... | 10:606\$348 | 10:494\$843 | 111\$505 | 9:187\$783 | 9:076\$278 | 137\$250 | 143\$217 | 113\$217 |
| Felgueiras..... | 11:324\$570 | 11:308\$369 | 213\$201 | 10:001\$475 | 9:732\$319 | 491\$190 | 440\$056 | 279\$319 |
| Marco de Canavzees | 27:313\$652 | 25:573\$698 | 1:739\$024 | 24:426\$104 | 22:737\$584 | 138\$020 | 111\$667 | 111\$667 |
| Penafiel..... | 10:324\$570 | 10:314\$374 | 183\$256 | 9:197\$219 | 9:013\$963 | 40\$030 | 29\$868 | 420\$754 |
| Santo Thyrso..... | 48:954\$800 | 48:874\$329 | 80:3561 | 16:815\$194 | 16:799\$672 | 170\$219 | 105\$180 | 496\$852 |
| Villa do Conde..... | 41:438\$394 | 40:429\$525 | 1:008\$866 | 10:245\$015 | 9:246\$314 | 20:507\$339 | 5:308\$886 | 2:846\$108 |
| Louzada..... | 233:128\$587 | 212:621\$528 | 20:507\$339 | 20:424\$192 | 184:763\$479 | 329:835\$642 | 12:771\$676 | 11:750\$497 |
| Porto | 381:759\$570 | 357:664\$238 | 24:095\$432 | 23:074\$253 | 24:095\$432 | 1:024\$179 | -\$- | -\$- |

No distrito do Porto a cobrança foi de 93,6 por cento.

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|-------------------|--------------------------------|--------------|--|--------------|--|-------------|--------------------------------------|-------------|
| | Liquidação | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | | Proprios nacionaes | | Imposto para a amortização das notas | |
| | | | Cobrados | Liquidados | Cobrados | Liquidado | Cobrado | Liquidado |
| Abrantes..... | 26:706\$339 | 24:791\$342 | 4:914\$997 | 21:854\$458 | 20:901\$440 | 49:149\$217 | 459\$950 | 385\$770 |
| Chamusca..... | 23:003\$753 | 21:640\$487 | 1:393\$266 | 19:098\$751 | 20:687\$392 | 5:790\$487 | 5:735\$702 | 45\$040 |
| Benavente..... | 29:23\$230 | 26:344\$297 | 2:888\$933 | 24:233\$884 | 22:181\$803 | 9:697\$730 | 9:256\$324 | 68\$762 |
| Santarem..... | 64:610\$018 | 58:327\$141 | 6:282\$877 | 49:478\$395 | 45:177\$983 | 16:364\$823 | 16:065\$464 | 437\$078 |
| Thomar..... | 23:358\$366 | 22:245\$152 | 1:113\$214 | 20:582\$779 | 19:791\$706 | 574\$020 | 45:370\$378 | -\$- |
| Torres Novas..... | 30:029\$271 | 28:231\$693 | 4:797\$578 | 25:434\$403 | 24:513\$107 | 1:807\$904 | 34:322\$894 | 29:490\$365 |
| | | | 16:079\$670 | 151:029\$409 | 16:477\$342 | 10:436\$648 | 99:447\$376 | 94:545\$330 |
| | 196:940\$977 | 481:530\$112 | 15:390\$865 | 9:650\$171 | 5:740\$694 | 2:115\$407 | 2:115\$407 | 17:968\$858 |
| | | | | | | -\$- | -\$- | -\$- |
| | | | | | | | | |

Efectuou-se a cobrança n'este districto na rasa de 92,1 por cento.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICTO DE VIANNA

NOS VINTE E QUATRO MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|------------------------|--------------------------------|-------------|--|-------------|--|-------------|--------------------------------------|-------------|
| | Liquidação | Cobrança | Restos a cobrar em 30 de junho de 1861 | | Proprios nacionaes | | Imposto para a amortização das notas | |
| | | | Cobrados | Liquidado | Cobrados | Liquidado | Cobrado | Liquidado |
| Arcos..... | 24:334\$417 | 22:508\$04 | 4:826\$403 | 117\$425 | 5:790\$487 | 5:735\$702 | 97\$680 | 45\$040 |
| Melgaço..... | 6:548\$577 | 6:431\$452 | 1:288\$585 | 296\$955 | 444\$406 | 9:697\$730 | 9:256\$324 | 68\$762 |
| Monsão..... | 41:463\$405 | 41:024\$999 | 510\$992 | 245\$482 | 18:067\$855 | 375\$390 | 16:364\$823 | 437\$078 |
| Ponte de Lima..... | 18:443\$254 | 18:773\$739 | 315\$315 | 315\$315 | 3:081\$440 | 3:081\$440 | 3:081\$440 | 3:081\$440 |
| Valença..... | 17:134\$326 | 16:557\$306 | 574\$020 | 45:370\$378 | 44:796\$558 | -\$- | 192\$526 | 192\$526 |
| Viana do Castello..... | 37:907\$259 | 36:009\$355 | 1:807\$904 | 34:322\$894 | 29:490\$365 | 3:075\$725 | 344\$849 | 344\$849 |
| | | | | | | 3:839\$3195 | 3:514\$257 | 1:366\$366 |
| | | | | | | | | 14:474\$728 |
| | | | | | | | | -\$- |
| | | | | | | | | |

Foi de 95,4 por cento a cobrança n'este districto.

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|---------------------|--------------------------------|-------------|--|-------------|--|-------------|-------------------|-------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | Proprios nacionaes | | Imposto de viagem | |
| | Liquidação | Cobrança | Rostos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidados | Cobrados | Liquidados | Cobrados | Liquidado |
| Alijó..... | 41.830\$000 | 41.324\$016 | 505\$884 | 10.637\$246 | 10.156\$967 | 9.721\$463 | 390\$192 | 220\$810 |
| Chaves | 43.624\$230 | 43.214\$192 | 410\$038 | 12.158\$787 | 11.792\$576 | 5.218\$562 | 5.087\$324 | 35\$845 |
| Montalegre | 9.300\$44 | 8.826\$510 | 8.350\$134 | 7.883\$580 | 7.4\$000 | 10.396\$991 | 10.353\$512 | 73\$898 |
| Peso da Regua | 19.780\$462 | 13.763\$982 | 6.016\$480 | 17.789\$032 | 11.934\$661 | 173\$488 | 2.047\$717 | 21.460\$707 |
| Val Passos | 43.943\$235 | 43.609\$310 | 333\$825 | 11.950\$018 | 11.622\$558 | 588\$206 | 581\$771 | 154\$018 |
| Vila Pouca | 41.795\$913 | 40.461\$676 | 4.634\$217 | 9.973\$820 | 8.345\$266 | 767\$962 | 766\$343 | 422\$885 |
| Vila Real | 28.596\$010 | 23.029\$022 | 5.566\$988 | 25.083\$344 | 19.859\$814 | 244\$214 | 244\$214 | 2:426\$445 |
| | | | | | | | | |
| | 108.874\$264 | 93.938\$708 | 14.940\$556 | 14.354\$796 | 585\$760 | -\$- | -\$- | -\$- |

É este de todos os distritos, o que apresentou menos actividade na cobrança, effetuando-se apenas na razão de 86,2 por cento.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRITO DE VIZEU

NOS VINTE E QUATRO MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO

| Comarcas | Estado da arrecadação em globo | | | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | |
|-------------------------|--------------------------------|--------------|--|--------------|--|-------------|--------------------------------------|-------------|
| | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | Proprios nacionaes | | Imposto para a amortização das notas | |
| | Liquidação | Cobrança | Rostos a cobrar em 30 de junho de 1861 | Liquidados | Cobrados | Liquidados | Cobrados | Liquidado |
| Armamar..... | 41.807\$393 | 41.210\$506 | 686\$887 | 10.247\$968 | 9.721\$463 | 390\$192 | 220\$810 | 128\$139 |
| Castro Daire | 5.854\$397 | 5.706\$551 | 147\$646 | 5.218\$562 | 5.087\$324 | 52\$753 | 63\$130 | 63\$130 |
| Santa Comba Dão | 11.717\$673 | 11.668\$485 | 49\$488 | 10.396\$991 | 10.353\$512 | 124\$493 | 69\$110 | 130\$884 |
| Lamego | 21.308\$279 | 22.260\$562 | 2.047\$717 | 21.460\$707 | 19.465\$573 | 340\$081 | 43\$263 | 43\$263 |
| Mangualde | 14.356\$231 | 13.798\$637 | 757\$594 | 12.510\$712 | 11.919\$550 | 506\$513 | 507\$672 | 154\$315 |
| Moimenta da Beira | 10.218\$292 | 9.672\$514 | 545\$981 | 8.624\$876 | 8.432\$252 | 3.297\$252 | 3.100\$991 | 111\$777 |
| Pesqueira..... | 16.647\$774 | 14.510\$483 | 2.137\$291 | 11.652\$764 | 9.711\$574 | 4.938\$233 | 4.168\$459 | 441\$480 |
| Rezende | 6.508\$902 | 5.568\$665 | 940\$237 | 5.863\$343 | 5.663\$233 | 47\$756 | 2\$629 | 56\$591 |
| Sintra | 8.892\$298 | 8.327\$365 | 561\$933 | 7.640\$217 | 7.418\$269 | 364\$645 | 21\$710 | 83\$539 |
| Tondela | 40.611\$097 | 40.532\$368 | 78\$729 | 9.384\$879 | 9.358\$656 | 423\$042 | 71\$406 | 416\$209 |
| Vizau..... | 30.419\$447 | 20.020\$572 | 1.089\$665 | 22.271\$496 | 21.923\$565 | 4.910\$123 | 4.168\$459 | 277\$664 |
| Vouzela..... | 42.837\$135 | 42.520\$578 | 316\$257 | 41.249\$726 | 41.024\$669 | 263\$619 | 173\$019 | 426\$614 |
| | | | | | | | | |
| | 164.168\$888 | 154.806\$463 | 9.362\$425 | 136.522\$291 | 129.353\$830 | 10.630\$928 | 8.436\$964 | 1.675\$001 |
| | | | | | | | | 15.339\$668 |
| | | | | | | | 2.133\$964 | -\$- |
| | | | | | | | | |

Foi de 94,2 por cento, a cobrança n'este distrito.

50

Com quanto fosse de 96,9 por cento a cobrança efectuada n'este districto, houve ahí menor actividade que nos districtos de Horta e Ponta Delgada, como deixam ver os respetivos mappas.

MAPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICTO DO FUNCHAL

NOS VINTE E QUATRO MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCÍCIO

É muito lisonjeiro o estado de cobrança n'este distrito, aonde ella se effectuou na razão de 99 por cento.

MAPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRICTO DE PONTA DELGADA

MAIORIA DAS PESSOAS — X —

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS NO DISTRITO DE PONTA DELGADA
NOS Vinte e Quatro MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCÍCIO

Neste distrito tambem houve grande actividade na cobrança, a qual se efectuou na razão de 99,3 por cento.

MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS
NAS DIFERENTES ALFANDEGAS DO CONTINENTE DO REINO E ILHAS ADJACENTES

**MAPPA DEMONSTRATIVO DOS RENDIMENTOS DO EXERCICIO DE 1859-1860, LIQUIDADOS E COBRADOS
NAS DIFERENTES ALFANDEGAS DO CONTINENTE DO REINO E ILHAS ADJACENTES
NOS VINTE E QUATRO MESES DA DURAÇÃO DO MESMO EXERCICIO**

| Alfandegas principaes e círculos | Estado da arrecadação em globo | | Desenvolvimento por classes de rendimentos | | | | Imposto para a amortização das notas | |
|-----------------------------------|--------------------------------|----------------|--|----------------|--------------------|--------------|--------------------------------------|--|
| | Liquidação | Cobrança | Impostos directos | | Proprios nacionaes | | | |
| | | | Liquidados | Cobrados | Liquidados | Cobrados | | |
| Alfandega grande da Lisboa..... | 2.504.248.694 | 2.504.218.694 | 5.257.655 | 2.466.470.6944 | 7.848.6305 | 57.376.6428 | 264.204.6862 | |
| Alfandega municipal..... | 888.454.668 | 20.956.814 | 29.956.814 | 776.337.6733 | 4.512.633 | -6- | 80.444.6188 | |
| Alfandega do pescado..... | 23.786.6230 | 4.621.529.6984 | -6- | 22.000.6390 | / 32.000.6390 | 6.853.886 | 4.437.6454 | |
| Alfandega do Porto e delegações.. | 4.621.529.6984 | 40.958.6194 | 4.382.590.6007 | 4.382.590.6007 | 49.645.6017 | 48.489.6099 | 469.762.6539 | |
| Alfandega de Setúbal..... | 40.958.6194 | 524.3008 | 7.270.6445 | 36.6652 | 4.989.5272 | 4.140.6547 | 4.140.6547 | |
| | 5.045.943.6670 | 37.078.6099 | 4.354.870.6389 | 29.012.6407 | 408.203.6185 | 516.779.6590 | 516.779.6590 | |
| Algarve | 30.339.6604 | 726.6545 | 24.014.6377 | 76.6545 | 2.991.6563 | 2.991.6563 | 2.530.6604 | |
| Ericeira..... | 79.442.6067 | 558.6579 | 61.558.6514 | 8.490.6510 | 2.406.6553 | 2.406.6553 | 6.728.6114 | |
| Marinhas do norte..... | 62.868.6297 | 314.6932 | 53.749.6822 | 489.6269 | 1.960.6607 | 1.960.6607 | 6.382.6667 | |
| Valença..... | 9.461.6695 | 791.5165 | 7.090.6524 | -6- | 403.6198 | 403.6198 | 876.6008 | |
| Bragança..... | 9.769.6806 | 9.769.6806 | 9.124.6142 | 6.696.6352 | 1.421.6339 | 1.421.6339 | 739.6103 | |
| Almeida..... | 2.604.6643 | 643.6294 | 4.535.6823 | -6- | 226.6562 | 226.6562 | 198.6864 | |
| Castelo Branco..... | 2.551.6964 | 527.6183 | 4.598.6433 | -6- | 236.6556 | 236.6556 | 489.6792 | |
| Elvas | 4.081.6894 | 105.6582 | 653.6703 | -6- | 222.6585 | 222.6585 | 100.6504 | |
| Mertola | 4.040.6336 | 432.6517 | 3.489.6426 | -6- | 352.6509 | 352.6509 | 365.6584 | |
| Ilhas | 5.883.6393 | 145.6695 | 4.442.6843 | 4.48867 | 707.6510 | 582.6478 | 582.6478 | |
| | 204.589.6796 | 486.6284 | 226.865.6876 | 4.295.6863 | 4.654.6565 | 28.290.6208 | 28.290.6208 | |
| | 472.333.6492 | 5.344.6158 | 394.365.6690 | 13.357.6054 | 15.281.6047 | 46.985.6543 | 46.985.6543 | |
| RESUMO | | | | | | | | |
| Alfandegas principaes..... | 5.045.943.6670 | 5045.943.6670 | 37.078.6099 | 4.354.870.6389 | 29.012.6407 | 108.203.6185 | 516.779.6590 | |
| Círculos | 472.333.6492 | 5.344.6158 | 394.365.6690 | 13.357.6054 | 15.281.6047 | 46.985.6543 | 46.985.6543 | |
| | 5.518.277.6462 | 42.422.6257 | 4.746.236.6079 | 4.746.236.6079 | 42.369.6461 | 423.484.6232 | 563.765.6133 | |

N.º 4

Distribuição de fundos do tesouro para os encargos do serviço publico

| Ministerios e junta do credito publico | Para amortização das notas do banco | Para as despesas | Total |
|--|-------------------------------------|------------------|----------------|
| Fazenda..... | -§- | 7.301:633§717 | 7.301:633§717 |
| Reino | -§- | 4.190:618§642 | 4.190:618§642 |
| Justiça..... | -§- | 438:742§835 | 438:742§835 |
| Guerra | -§- | 3.065:541§950 | 3.065:541§950 |
| Marinha | -§- | 1.218:354§859 | 1.218:354§859 |
| Estrangeiros..... | -§- | 177:911§144 | 177:911§144 |
| Obras publicas..... | -§- | 3.194:588§951 | 3.194:588§951 |
| Junta do credito publico..... | 52:040§400 | 3.798:207§792 | 3.850:218§192 |
| | 52:010§400 | 20.385:599§890 | 20.437:610§290 |

N.º 2

Quadro comparativo por ministerios e junta do credito publico, da disposição dos fundos do tesouro no exercicio de 1839-1860, com a despesa auctorizada para o mesmo exercicio

| Ministerios e junta do credito publico | Disposição de fundos do tesouro | Despesa auctorizada | Diferenças | |
|--|---------------------------------|---------------------|------------|-------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| Fazenda..... | 7.301:633§717 | 7.342:397§591 | -§- | 40:763§874 |
| Reino | 4.190:618§642 | 4.193:811§566 | -§- | 3:192§924 |
| Justiça..... | 438:742§835 | 448:159§794 | -§- | 9:416§959 |
| Guerra | 3.065:541§950 | 3.354:478§834 | -§- | 288:936§884 |
| Marinha | 1.218:354§859 | 1.363:246§951 | -§- | 144:892§092 |
| Estrangeiros | 177:911§144 | 182:498§507 | -§- | 4:587§363 |
| Obras publicas..... | 3.194:588§951 | 3.222:386§900 | -§- | 27:797§949 |
| Junta do credito publico..... | 3.850:218§192 | 3.937:326§658 | -§- | 87:108§466 |
| | 20.437:610§290 | 21.044:306§801 | -§- | 606:696§511 |

N.º 5

Quadro comparativo por ministerios e junta do credito publico, da distribuição de fundos do tesouro com as despesas effetuadas, relativas ao exercicio de 1839-1860

| Ministerios e junta do credito publico | Distribuição de fundos do tesouro | Despesas effetuadas | Diferenças | |
|--|-----------------------------------|---------------------|-------------|-------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| Fazenda..... | 7.301:633§717 | 7.301:633§717 | -§- | -§- |
| Reino | 4.190:618§642 | 4.206:760§612 | 16:144§970 | -§- |
| Justiça..... | 438:742§835 | 438:727§643 | -§- | 15§222 |
| Guerra | 3.065:541§950 | 3.026:440§823 | -§- | 39:431§125 |
| Marinha | 1.218:354§859 | 1.357:460§400 | 139:105§541 | -§- |
| Estrangeiros | 177:911§144 | 178:451§863 | 540§719 | -§- |
| Obras publicas..... | 3.194:588§951 | 3.403:357§740 | -§- | 91:231§211 |
| Junta do credito publico..... | 3.850:218§192 | 3.915:449§580 | 65:231§388 | -§- |
| | 20.437:610§290 | 20.528:252§350 | 221:049§618 | 130:377§558 |
| | | 90:642§060 | | 90:642§060 |

N.º 4

Quadro comparativo por ministerios e junta do credito publico, da despesa effetuada do exercicio de 1839-1860 com a despesa auctorizada para o mesmo exercicio

| Ministerios e junta do credito publico | Despesa auctorizada | Despesa effetuada | Diferenças | |
|--|---------------------|-------------------|------------|-------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| Fazenda..... | 7.342:397§591 | 7.301:633§717 | -§- | 40:763§874 |
| Reino | 4.193:811§566 | 4.206:760§612 | 12:949§046 | -§- |
| Justiça..... | 448:159§794 | 438:727§643 | -§- | 9:432§181 |
| Guerra | 3.354:478§834 | 3.026:440§823 | -§- | 328:068§009 |
| Marinha | 1.363:246§951 | 1.357:460§400 | -§- | 5:786§551 |
| Estrangeiros | 182:498§507 | 178:451§863 | -§- | 4:046§644 |
| Obras publicas..... | 3.222:386§900 | 3.403:357§740 | -§- | 119:029§160 |
| Junta do credito publico..... | 3.937:326§658 | 3.915:449§580 | -§- | 21:877§078 |
| | 21.044:306§801 | 20.528:252§350 | 12:949§046 | 529:003§497 |
| | | 516:054§451 | | 516:054§451 |

O capitulo 4.º d'este relatorio apresenta esta comparação desenvolvida por capitulos.

Recapitulação da despesa respectiva a cada um dos ministerios e á junta do credito publico,
organisada em vista das despesas liquidadas
e dos pagamentos effectuados durante o exercicio de 1859-1860

| Despesa publica | Exercicio de 1859-1860 |
|---|---------------------------|
| Ministerio da fazenda | |
| Valores recebidos | 7.301:633\$717 |
| Pagamentos effectuados | 7.301:633\$717 |
| Veja-se o desenvolvimento letra A. | |
| Ministerio do reino | |
| Valores recebidos..... | 1.226:935\$179 |
| Pagamentos effectuados | 1.206:760\$612 |
| Resto disponivel..... | 20:174\$567 |
| Veja-se o desenvolvimento letra B. | |
| Ministerio da justica | |
| Valores recebidos | 438:742\$835 |
| Pagamentos effectuados | 438:727\$613 |
| Resto disponivel..... | 15\$222 |
| Veja-se o desenvolvimento letra C. | |
| Ministerio da guerra | |
| Valores recebidos | 3.065:544\$950 |
| Pagamentos effectuados | 3.026:410\$825 |
| Resto disponivel..... | 39:131\$125 |
| Veja-se o desenvolvimento letra D. | |
| Ministerio da marinha e ultramar | |
| Valores recebidos | 1.218:354\$859 |
| Pagamentos effectuados | 1.357:460\$400 |
| Excesso de despesa | 139:105\$541 |
| Veja-se o desenvolvimento letra E. | |
| Ministerio dos negocios estrangeiros | |
| Valores recebidos | 177:911\$144 |
| Pagamentos effectuados | 178:451\$863 |
| Excesso de despesa | 540\$719 |
| Veja-se o desenvolvimento letra F. | |
| Ministerio das obras publicas | |
| Valores recebidos | 3.194:588\$951 |
| Pagamentos effectuados | 3.103:357\$740 |
| Resto disponivel..... | 91:231\$211 |
| Veja-se o desenvolvimento letra G. | |
| Junta do credito publico | |
| Valores recebidos | 3.850:248\$192 |
| Pagamentos effectuados | 3.915:449\$580 |
| Excesso de despesa | 65:231\$388 |
| Veja-se o desenvolvimento letra H. | |

DESENVOLVIMENTO A

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

A lei de 16 de abril de 1859 adoptando para as despezas do exercicio de 1859-1860 o orçamento do anno de 1857-1858, por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio da fazenda com a quantia de 2.766:306\$867 réis para despezas ordinarias, e com mais a de 38:722\$661 réis por leis especias.

| | |
|---|----------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico, nos vinte e quatro meses do dito exercicio.. | 2.781:523\$791 |
| Debitou-se mais pela diferença entre o valor de bonds e inscrições vendidos e o producto da venda, no que sobresae o agio do emprestimo de 600:000 libras em dinheiro, contratado com a casa de Rafael Erlanger, por meio da venda de 1.500:000 libras nominaes em bonds de 3 por cento, com fundamento nas leis de 4 de julho de 1857 e 5 de março de 1858, em | 4.467:883\$636 |
| Despezas extraordinarias reclamaram mais com fundamento na dita lei de 16 de abril de 1859 e nas de 28 de agosto de 1858 e 28 de novembro de 1859 | 7.249:407\$427 |
| O que elevou o seu debito a | 52:226\$290 |
| Pagou segundo a sua conta: | |
| Serviço ordinario..... | 2.781:523\$791 |
| Serviço extraordinario | 52:226\$290 |
| Creditou-se pelo agio dos ditos bonds, em | 2.833:750\$081 |
| | 4.467:883\$636 |
| | 7.301:633\$717 |
| | - |

Sendo portanto o debito, da conta do ministerio da fazenda, igual ao seu credito.

DESENVOLVIMENTO B

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

A lei de 16 de abril de 1859, adoptando para as despezas do exercicio de 1859-1860 o orçamento do anno de 1857-1858 por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio do reino com a quantia de 1.413:379\$760 réis para a sua liquida despeza ordinaria, e outras leis especias aumentaram a sua dotação com 80:431\$806 réis.

| | |
|--|----------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro mezes do dito exercicio..... | 4.181:603\$697 |
| E mais por encontro nos direitos de mercê..... | 9:014\$945 |
| Dispoz o ministerio da receita propria de diversos estabelecimentos, conforme a sua nota preliminar..... | 1.490:618\$642 |
| O que eleva a sua receita a réis | 36:316\$537 |
| Pagou segundo sua conta..... | 1.226:935\$179 |
| Resto disponivel..... | 1.206:760\$612 |
| | 20:474\$567 |

DESENVOLVIMENTO C

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTICA

A lei de 16 de abril de 1859, adoptando para as despezas do exercicio de 1859-1860 o orçamento do anno de 1857-1858 por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio da justiça com a quantia de 365:977\$764 réis para a sua liquida despeza ordinaria, e outras leis especias aumentaram a sua dotação com 73:803\$460 réis.

| | |
|---|--------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro mezes do dito exercicio..... | 434:699\$341 |
| E mais por encontro nos direitos de mercê..... | 3:515\$409 |
| Recebeu tambem para despezas extraordinarias com fundamento na dita carta de lei de 16 de abril de 1859 e na de 18 de fevereiro de 1861 | 3:528\$385 |
| O que eleva a sua receita a | 438:742\$833 |
| Pagou segundo a sua conta: | |
| Serviço ordinario..... | 434:328\$453 |
| Serviço extraordinario..... | 4:399\$160 |
| Resto disponivel..... | 438:727\$613 |
| | 45\$222 |

DESENVOLVIMENTO D

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

A lei de 16 de abril de 1859, adoptando para as despezas do exercicio de 1859-1860 o orçamento do anno de 1857-1858 por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio da guerra com a quantia de 2.963:121\$781 réis para despezas ordinarias e por leis especiaes com a de 391:357\$053 réis.

| | |
|--|----------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro meses do exercicio..... | 3.062:329\$985 |
| E mais para despezas extraordinarias..... | 3:211\$965 |
| | 3.065:544\$950 |
| Pagou segundo sua conta, liquido de decima..... | 3.026:440\$825 |
| Resto disponivel | 39:131\$125 |

DESENVOLVIMENTO E

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

A lei de 16 de abril de 1859, adoptando para as despezas do anno de 1859-1860 o orçamento do anno de 1857-1858 por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio da marinha com a quantia de 798:553\$547 réis para a sua liquida despesa ordinaria, e outras leis especiaes aumentaram a dotação com 72:427\$979 réis.

| | |
|--|----------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro meses do exercicio..... | 1.140:187\$096 |
| E mais | 78:167\$763 |
| | 1.218:354\$859 |
| Pagou segundo sua conta..... | 1.357:460\$400 |
| Excesso de despesa..... | 139:105\$541 |

DESENVOLVIMENTO F

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

A lei de 16 de abril de 1859, adoptando para as despezas do exercicio de 1859-1860 o orçamento de 1857-1858 por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio dos negocios estrangeiros com a quantia de 147:148\$840 réis para despezas ordinarias, e por leis especiaes foi-lhe aumentada a dotação com 35:349\$667 réis.

| | |
|--|--------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro meses do exercicio..... | 177:550\$144 |
| E mais para despezas extraordinarias | 361\$000 |
| | 177:911\$144 |
| Pagou segundo sua conta liquido de decima..... | 178:451\$863 |
| Excesso de despeza..... | 540\$719 |

DESENVOLVIMENTO G

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

A lei de 16 de abril de 1859, adoptando para as despezas do exercicio de 1859-1860 o orçamento do anno de 1857-1858 por ser o ultimo aprovado, dotou o ministerio das obras publicas com a quantia de 1.801:010\$923 réis para despezas ordinarias, e por leis especiaes teve mais réis 1.421:375\$977.

| | |
|--|----------------|
| O mesmo ministerio recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro meses do exercicio..... | 3.437:761\$676 |
| E mais para despezas extraordinarias | 56:827\$275 |
| | 3.494:588\$951 |
| Pagou segundo sua conta : | |
| Serviço ordinario | 3.096:213\$905 |
| Serviço extraordinario | 7:143\$835 |
| Resto disponivel | 3.403:357\$740 |
| | 91:231\$211 |

DESENVOLVIMENTO H

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

A lei de 16 de abril de 1859, que mandou vigorar para a receita e despeza publica do anno de 1859-1860 a lei anterior de 15 de julho de 1857, fixou para a junta do credito publico (serviço ordinario) 3.119.928\$145 réis, sendo para pagamento de juros da dívida interna 1.548.223\$129 réis e para os da dívida externa 1.571.705\$016 réis; outras leis posteriores dotaram a junta com mais 765.388\$113 réis, sendo para a dívida interna 294.933\$279 réis e para a dívida externa réis 470.454\$834.

A mesma junta recebeu do tesouro publico nos vinte e quatro meses do exercício 3.850.218\$192

Pagou segundo sua conta:

| | | |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Divida interna..... | 1.811.066\$172 | |
| Amortisação de notas do banco..... | 52.010\$400 | |
| | 1.863.076\$572 | |
| Divida externa..... | 2.052.373\$008 | 3.915.449\$580 |
| Excesso de despeza | 65.231\$388 | |

Por ultimo completa o tribunal este capítulo com os tres seguintes quadros, comparando os dois primeiros a despeza liquidada com a despeza auctorizada e com a despeza paga, e apresentando o terceiro a comparação entre a importancia porque os ministerios e a junta do credito publico se debitam em suas contas de exercicio e as sommas que receberam do thesouro.

Quadro por ministerios e junta do credito publico de toda a despeza liquidada para o exercicio de 1859-1860,
comparada com a despeza auctorizada para o mesmo exercicio

| Ministerios e junta do credito publico | Despeza liquidada | Despeza auctorizada | Diferenças | |
|--|-------------------|---------------------|--------------|--------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| Fazenda..... | 7.608.808\$380 | 7.342.397\$591 | 266.410\$789 | -§- |
| Reino..... | 1.212.185\$200 | 1.493.811\$566 | 18.373\$634 | -§- |
| Justiça..... | 439.403\$493 | 448.459\$794 | -§- | 8.756\$601 |
| Guerra..... | 3.250.202\$385 | 3.354.478\$834 | -§- | 104.276\$449 |
| Marinha..... | 1.361.799\$034 | 1.363.246\$951 | -§- | 1.447\$917 |
| Estrangeiros..... | 206.922\$663 | 182.498\$507 | 24.424\$156 | -§- |
| Obras publicas..... | 3.132.571\$905 | 3.222.386\$900 | -§- | 89.814\$995 |
| Junta do credito publico..... | 3.951.011\$693 | 3.937.326\$658 | 13.685\$035 | -§- |
| | 21.162.904\$453 | 21.044.306\$801 | 322.893\$614 | 204.295\$962 |
| | | 118.597\$652 | | 118.597\$652 |

Quadro comparativo por ministerios e junta do credito publico da despeza liquidada para o exercicio de 1859-1860,
com a despeza paga respectiva ao mesmo exercicio

| Ministerios e junta do credito publico | Despeza liquidada | Pagamentos effetuados | Dívida em 30 de junho de 1861 |
|--|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| Fazenda..... | 7.608.808\$380 | 7.301.633\$717 | 307.174\$663 |
| Reino..... | 1.212.185\$200 | 1.206.760\$612 | 5.424\$588 |
| Justiça..... | 439.403\$493 | 438.727\$643 | 675\$580 |
| Guerra..... | 3.250.202\$385 | 3.026.410\$825 | 223.791\$560 |
| Marinha..... | 1.361.799\$034 | 1.357.460\$400 | 4.338\$634 |
| Estrangeiros..... | 206.922\$663 | 178.451\$863 | 28.470\$800 |
| Obras publicas..... | 3.132.571\$905 | 3.103.357\$740 | 29.214\$165 |
| Junta do credito publico..... | 3.951.011\$693 | 3.915.449\$580 | 35.562\$113 |
| | 21.162.904\$453 | 20.528.252\$350 | 634.652\$103 |

A despeza liquidada comprehende os donativos da casa real e as decimas dos empregados publicos no valor de 534.644\$602 réis, que não figuram na columna dos pagamentos effetuados, a qual apresenta a despeza liquida d'estas deduções, sendo a dita somma deduzida da importancia em dívida em 30 de junho de 1861; a expressão verdadeira da mesma dívida é pois de 100.007\$501 réis.

O seguinte quadro apresenta esta dívida em relação a cada um dos ministérios e à junta do crédito público.

| Ministérios e junta do crédito público | Dívida em 30 de junho de 1861 | Deduções na forma da lei | Dívida efectiva |
|--|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| Fazenda | 307:174\$663 | 275:800\$297 | 31:374\$366 |
| Reino | 5:424\$588 | -\\$- | 5:424\$588 |
| Justiça | 675\$580 | -\\$- | 675\$580 |
| Guerra | 223:791\$560 | 223:498\$096 | 293\$464 |
| Marinha | 4:338\$634 | -\\$- | 4:338\$634 |
| Estrangeiros | 28:470\$800 | 671\$809 | 27:798\$991 |
| Obras públicas | 29:214\$165 | 29:124\$165 | 90\$000 |
| Junta do crédito público | 35:562\$413 | 5:530\$235 | 30:041\$878 |
| | 634:652\$103 | 534:644\$602 | 400:007\$501 |

Segundo as boas regras de escripturação, a importancia d'estas deduções de decimas deveriam figurar como pagamento lançado integralmente em despesa, sendo tambem receitadas simultaneamente, por encontro, porque as decimas deduzidas dos vencimentos dos servidores do estado, são um verdadeiro imposto e como tal mal podiam deixar de figurar nos livros da contabilidade como receita efectiva. Não se procedeu todavia assim, por defeito da carta de lei de 23 de abril de 1845, artigo 10.^o, que passou despercebido, porque aliás os que tinham a seu cargo dirigir a contabilidade publica, teriam na practica do serviço combinado os fins da mesma lei com as regras da sciencia, para se não preterir a logica dos principios, que não admite na execução dos preceitos legaes resultados que conduzam ao absurdo. Mas uma vez que se adoptou o sistema irregular de se lançarem em despezas taes pagamentos, liquidos de decima, o que cumpria em tal caso era fazer-se tambem pelo mesmo sistema a liquidação da despesa publica e a lei annual de despesa, para que a somma auctorizada podesse offerecer de prompto elementos de comparação real e efectiva, com a importancia despendida pelos cofres do estado. Nem em todos os ministérios se adoptou porém este metodo, o único aceitável, desde que se preferiram sobre o assunto os verdadeiros principios.

Se o imposto das decimas dos ordenados não estivesse proximo a extinguir-se, como parece, o tribunal de contas teria de propor n'esta parte a execução das praxes rudimentaes de um sistema regular de contabilidade. Limita-se porém a declarar, que enquanto aquelle imposto subsistir, é indispensavel proceder-se a este respeito em todos os ministérios e na junta do crédito público, pelo mesmo sistema por que se regula a materia nos ministérios da justiça, do reino e da marinha. Assim haverá pelo menos um sistema harmonico de contabilidade e meios prompts de se poder comparar bem e devidamente, em vista das cifras apresentadas nas contas dos ministérios, a despesa auctorizada com a despesa paga.

Quadro comparativo, por ministérios e junta do crédito público, da importancia debitada nas respectivas contas

do exercicio de 1859-1860

com a disposição de fundos do thesoureiro no mesmo exercicio

| Ministérios e junta do crédito público | Importancia debitada nas contas | Disposição dos fundos do thesoureiro | Diferenças | |
|--|------------------------------------|---|-------------|------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| Fazenda | 7.304:633\$717 | 7.301:633\$717 | -\\$- | -\\$- |
| Reino | 4.226:935\$179 | 4.190:618\$642 | 36:346\$537 | -\\$- |
| Justiça | 438:742\$835 | 438:742\$835 | -\\$- | -\\$- |
| Guerra | 3.065:541\$950 | 3.065:541\$950 | -\\$- | -\\$- |
| Marinha | 4.218:354\$859 | 4.218:354\$859 | -\\$- | -\\$- |
| Estrangeiros | 177:914\$144 | 177:914\$144 | -\\$- | -\\$- |
| Obras públicas | 3.494:588\$951 | 3.494:588\$951 | -\\$- | -\\$- |
| Junta do crédito público | 3.850:218\$192 | 3.850:218\$192 | -\\$- | -\\$- |
| | 20.473:926\$827 | 20.437:610\$290 | 36:316\$537 | -\\$- |

Este excesso de 36:316\$537 réis debitados na conta do ministerio do reino procede de rendimentos das repartições que se seguem.

| | |
|---|-------------|
| Lyceu de Lisboa | 64\$995 |
| Conservatorio real de Lisboa | 51\$820 |
| Academia de bellas artes de Lisboa | 123\$606 |
| Hospitaes da universidade | 5:224\$560 |
| Dispensatorio pharmaceutico da universidade | 1:041\$400 |
| Conselho de saude | 2:073\$302 |
| Imprensa nacional | 27:736\$854 |
| | 36:316\$537 |

O ministerio do reino dispôz d'esta importancia, que procedeu de rendimentos de repartições de sua dependencia, sem d'elles dar conta ao ministerio da fazenda, para lhe serem encontrados na respectiva dotação. Resultou d'este facto, por uma parte, a impossibilidade em que o ministerio da fazenda se achou de exercer a sua exclusiva competencia na distribuição de fundos votados pelo parlamento, e por outra parte a applicação de fundos superiores á despesa votada; e por conseguinte a preterição das formulas do sistema representativo, resultando tambem d'ahi que a conta da receita do estado do exercicio de 1859-1860 não pôde apresentar a expressão exacta dos rendimentos publicos do mesmo exercicio, por se não comprehenderem na mesma receita aquelles 36:316\$537 réis.

Declara-se na conta do ministerio do reino, que essa quantia não foi computada no orçamento geral do estado; similhante razão não serve de justificar o facto, provando apenas que o orçamento apresentou uma lacuna, porque todos os rendimentos publicos devem ser ahi computados, sem excepção alguma, e embora o não fossem, era indubitable a necessidade de se dar d'elles conhecimento ao ministerio da fazenda, logoque houvessem sido arrecadados.

CAPITULO III

RECEITA EFFECTIVA DO EXERCICIO DE 1859-1860

COMPARADA COM A DESPEZA EFECTUADA, PROPRIA DO MESMO EXERCICIO

| RECEITA | |
|--|-----------------|
| Impostos directos..... | 3.010:696\$145 |
| Impostos indirectos..... | 6.215:268\$437 |
| Proprios nacionaes e rendimentos diversos..... | 1.052:137\$064 |
| Imposto por lei de 14 de agosto de 1858 | 174:975\$249 |
| Imposto para a amortisacao de notas..... | 871:326\$562 |
| Rendimentos com applicação especial..... | 329:429\$493 |
| | 11.653:832\$950 |
| DESPEZA | |
| Fazenda | 7.301:633\$747 |
| Reino | 1.206:760\$612 |
| Justiça..... | 438:727\$613 |
| Guerra | 3.026:410\$825 |
| Marinha e ultramar..... | 1.357:460\$400 |
| Estrangeiros..... | 178:451\$863 |
| Obras publicas..... | 3.103:357\$740 |
| Junta do credito publico..... | 3.915:449\$580 |
| Deduz-se o agio do emprestimo Erlanger | 20.528:252\$350 |
| | 4.467:883\$636 |
| Deficit..... | 16.060:368\$714 |
| | 4.406:535\$764 |

Houve portanto no exercicio de 1859-1860 um deficit de 4.406:535\$764 réis, que foi suprido por meio de recursos extraordinarios.

Na conta do exercicio do thesouro não se declara a origem de que procedem esses recursos extraordinarios, nem das contas de gerencia dos dois annos economicos de 1859-1860 e 1860-1861 se conhece tambem quaes os fundos levantados com especial applicação ao dito exercicio de 1859-1860. Por este motivo acha-se o tribunal na impossibilidade de indicar qual a procedencia d'essa quantia de réis 4.406:535\$764.

É indispensavel que de futuro as contas geraes de exercicio do estado venham acompanhadas de mappas que apresentem com toda a individuação e clareza os fundos que se levantarem, por meio de operações de thesouraria ou por emprestimos, para as despezas dos mesmos exercicios, excedentes aos recursos ordinarios.

CAPITULO IV

COMPARAÇÃO POR CAPITULOS DAS DESPEZAS VOTADAS PELO PODER LEGISLATIVO

COM AS EFFEITUADAS PELOS DIVERSOS MINISTERIOS
E PELA JUNTA DO CREDITO PUBLICO, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1859-1860

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especias | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | | | | |
|-------------------------------|---|---|---|--------------|--------------|--|--|--|
| | | | | Para mais | Para menos | | | |
| DESPEZAS PUBLICAS | | | | | | | | |
| MINISTERIO DA FAZENDA | | | | | | | | |
| SERVIÇO ORDINARIO | | | | | | | | |
| PRIMEIRA PARTE | | | | | | | | |
| Encargos geraes | | | | | | | | |
| 1. ^o | Dotação da familia real..... | 592:741\$935 | 414:691\$935 | -§- | 178:050\$000 | | | |
| 2. ^o | Córtes..... | 76:617\$000 | 101:600\$000 | 24:983\$000 | -§- | | | |
| 3. ^o | Juros e amortisação a cargo do thesouro..... | 5.217:997\$817 | 5.407:539\$065 | 189:541\$248 | -§- | | | |
| 4. ^o | Classes inactivas..... | 499:864\$912 | 442:880\$656 | -§- | 56:984\$256 | | | |
| 5. ^o | Encargos geraes..... | 105:415\$436 | 72:385\$912 | -§- | 33:029\$524 | | | |
| SEGUNDA PARTE | | | | | | | | |
| Serviço proprio do ministerio | | | | | | | | |
| 6. ^o | Secretaria d'estado..... | 13:924\$970 | 10:531\$822 | -§- | 3:373\$148 | | | |
| 7. ^o | Thesouro publico..... | 67:124\$000 | 48:123\$792 | -§- | 19:000\$208 | | | |
| 8. ^o | Tribunal de contas..... | 55:564\$550 | 42:504\$498 | -§- | 13:060\$052 | | | |
| 9. ^o | Procuradoria geral da fazenda..... | 4:400\$000 | 3:026\$664 | -§- | 1:373\$336 | | | |
| 10. ^o | Alfandegas..... | 353:478\$609 | 371:654\$413 | 18:175\$804 | -§- | | | |
| 11. ^o | Administração geral da casa da moeda..... | 50:367\$833 | 44:653\$021 | -§- | 5:714\$812 | | | |
| 12. ^o | Repartições de fazenda de districtos e concelhos..... | 152:834\$374 | 169:763\$551 | 16:929\$177 | -§- | | | |
| 13. ^o | Empregados addidos..... | 7:528\$940 | 5:168\$125 | -§- | 2:360\$845 | | | |
| 14. ^o | Diversas despezas..... | 58:943\$131 | 98:834\$916 | 39:891\$785 | -§- | | | |
| | Despezas não incluidas no orçamento | 16:109\$057 | 16:029\$057 | -§- | 80\$000 | | | |
| Despeza extraordinaria | | | | | | | | |
| | Por conta da dvida ao banco de Portugal | 18:125\$000 | -§- | -§- | 18:125\$000 | | | |
| | Por conta da dvida de soldos a officiaes ingleses que serviram no exercito portuguez | 12:000\$000 | 10:681\$512 | -§- | 1:318\$488 | | | |
| | Precatorios, restituções e depositos | 12:000\$000 | 13:269\$790 | 1:269\$790 | -§- | | | |
| | Despezas de exercicios findos e trabalhos de lançamento, quotas, etc. | 2:000\$000 | 3:287\$144 | 1:287\$144 | -§- | | | |
| | Fóros em dvida..... | 2:000\$000 | 349\$926 | -§- | 1:650\$074 | | | |
| | Terrenos ocupados com as linhas de defesa da capital..... | 3:000\$000 | -§- | -§- | 3:000\$000 | | | |
| | Por conta da dvida ao hospital de S. José | 256\$132 | -§- | -§- | 256\$132 | | | |
| | A Diederich Mathias Feuerheerd & compa- nhia por indemnisação de prejuizos causa- dos no anno de 1836 | 5:499\$645 | -§- | -§- | 5:499\$645 | | | |
| | | 7.327:793\$341 | 7.276:905\$799 | 292:077\$948 | 342:875\$490 | | | |

| Capítulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiais | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | |
|-----------|---|---|--|--------------|--------------|
| | | | | Para mais | Para menos |
| | <i>Transporte.....</i> | 7.327:793\$341 | 7.276:995\$799 | 292:077\$948 | 342:875\$490 |
| | Restituições de preços de arrematações de bens nacionaes, que foram annullados.... | -\$- | 3:027\$541 | 3:027\$541 | -\$- |
| | Despesa com o funeral de Sua Magestade a Rainha D. Estefania..... | -\$- | 5:206\$127 | 5:206\$127 | -\$- |
| | Á confraria do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Nicolau do Porto, restitução do emprestimo feito em 1833 | 2:775\$000 | 2:775\$000 | -\$- | -\$- |
| | Por saldo da indemnisação aos herdeiros do falecido José Antonio de Matos, liquidado pela commissão mixta no Rio de Janeiro | -\$- | 1:800\$000 | 1:800\$000 | -\$- |
| | Por conta da dívida à companhia dos canaes da Azambuja..... | 11:829\$250 | 11:829\$250 | -\$- | -\$- |
| | | 7.342:397\$594 | 7.304:633\$747 | 302:111\$616 | 342:875\$490 |
| | | 40:763\$874 | | 40:763\$874 | |

OBSERVAÇÕES

O aumento de despesa do capítulo 2.^º foi pago por meio de créditos suplementares autorizados por lei. O capítulo 3.^º apresenta um aumento de despesa de 189:541\$248 réis.

O capítulo 4.^º apresenta uma despesa inferior à autorizada, provindo isso da comparação feita entre a somma integral autorizada e a despesa liquidada, em vista da respectiva conta de exercício. Contando-se porém com as decimas deduzidas no valor de 44:774\$000 réis e com a dívida existente em 31 de junho de 1861, na importancia de 29:075\$814 réis, houve no dito capítulo 4.^º um excesso de despesa de 46:865\$558 réis.

O mesmo caso dá-se no capítulo 8.^º, onde contando-se com as deduções de decimas no valor de 13:525\$546 réis e com a dívida de 4:280 réis em 31 de junho de 1861, houve um excesso de despesa de 469\$774 réis, procedente do aumento que teve a verba destinada para as despesas miudas do tribunal, em consequencia da reforma decretada em 19 de agosto de 1859.

Pelas mesmas razões expostas, foi maior o aumento de despesa dos capítulos 10.^º, 12.^º e 14.^º, elevando-se o do capítulo 10.^º a 51:185\$732 réis; o do capítulo 12.^º a 20:861\$060 réis, e o do capítulo 14.^º a 40:972\$549 réis; mas o do capítulo 12.^º tem fundamento na carta de lei de 11 de agosto de 1860.

Na verba do pagamento de 13:269\$790 réis houve um aumento de despesa de 1:269\$790 réis, e o de réis 1:287\$144 na verba de 3:287\$144 réis, mas estes excessos de despesa têm explicação cabal na natureza dos trabalhos a que se referem.

A despesa de 3:027\$541 réis, posto não ter autorização na lei do orçamento, está justificada pelo próprio facto que lhe deu origem.

A despesa de 2:775\$000 réis acha-se autorizada pela carta de lei de 28 de agosto de 1858.

A despesa de 1:800\$000 réis funda-se na lei de 26 de agosto de 1848.

| Capítulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiais | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | |
|----------------------------|---|---|--|-------------|-------------|
| | | | | Para mais | Para menos |
| MINISTERIO DO REINO | | | | | |
| 1. ^º | Secretaria d'estado | 30:584\$520 | 24:981\$595 | -\$- | 5:602\$925 |
| 2. ^º | Conselho d'estado | 25:069\$800 | 19:067\$110 | -\$- | 6:002\$690 |
| 3. ^º | Governos civis | 78:136\$320 | 76:051\$005 | -\$- | 2:085\$315 |
| 4. ^º | Instrução publica | 423:297\$131 | 433:361\$350 | 10:064\$219 | -\$- |
| 5. ^º | Estabelecimentos scientificos | 78:389\$884 | 105:703\$797 | 27:313\$913 | -\$- |
| 6. ^º | Saude publica | 25:972\$260 | 27:417\$307 | 1:445\$047 | -\$- |
| 7. ^º | Subsidios a municipalidades | 143:600\$000 | 134:221\$532 | -\$- | 9:378\$468 |
| 8. ^º | Socorros a estabelecimentos de beneficencia | 130:099\$535 | 127:948\$292 | -\$- | 2:151\$243 |
| 9. ^º | Guardas municipaes | 224:937\$465 | 220:935\$133 | -\$- | 4:002\$332 |
| 10. ^º | Diversas despezas | 33:724\$651 | 37:073\$491 | 3:348\$840 | -\$- |
| | | 1.193:811\$566 | 1.206:760\$612 | 42:172\$019 | 29:222\$973 |
| | | | | 12:949\$046 | 12:949\$046 |

OBSERVAÇÕES

Não consta neste tribunal que houvessem leis posteriores ás autorizações legislativas, pertencentes á conta de exercício do ministerio do reino, autorizando o excesso de despesa que apresentam os capítulos 4.^º, 5.^º, 6.^º e 10.^º da mesma conta, o qual se eleva ainda mais 2:019\$060 réis, importancia da dívida em 30 de junho de 1861, pertencendo 1:828\$545 réis ao capítulo 4.^º, 3\$330 réis ao capítulo 5.^º, 142\$185 réis ao capítulo 6.^º e 45\$000 réis ao capítulo 10.^º

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiaes | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | | | | |
|-------------------------------|---|---|--|------------|-------------|--|--|--|
| | | | | Para mais | Para menos | | | |
| MINISTERIO DA JUSTIÇA | | | | | | | | |
| Despesa ordinaria | | | | | | | | |
| 1. ^o | Secretaria d'estado..... | 18:721\$125 | 18:697\$730 | -§- | 23\$395 | | | |
| 2. ^o | Dioceses do reino..... | 156:518\$706 | 152:511\$475 | -§- | 4:007\$231 | | | |
| 3. ^o | Supremo tribunal de justiça..... | 19:684\$466 | 21:092\$610 | 1:408\$144 | -§- | | | |
| 4. ^o | Tribunaes de segunda instancia | 61:636\$000 | 61:427\$002 | -§- | 508\$998 | | | |
| 5. ^o | Juizes de primeira instancia..... | 48:330\$000 | 46:555\$937 | -§- | 1:774\$063 | | | |
| 6. ^o | Ministerio publico | 49:465\$000 | 49:405\$903 | -§- | 59\$097 | | | |
| 7. ^o | Sustento de presos e policia das cadeias..... | 67:817\$427 | 67:846\$876 | -§- | §531 | | | |
| 8. ^o | Diversas despezas..... | 17:908\$500 | 17:420\$920 | -§- | 487\$580 | | | |
| | | 439:784\$224 | 434:328\$453 | 1:408\$144 | 6:860\$915 | | | |
| Despesa extraordinaria | | | | | | | | |
| | Subsidios a conventos de religiosas..... | 6:000\$000 | 2:050\$000 | -§- | 3:950\$000 | | | |
| | Inventarios de conventos..... | 2:378\$570 | 2:349\$160 | -§- | 29\$410 | | | |
| | | 448:159\$794 | 438:727\$613 | 1:408\$144 | 10:840\$325 | | | |
| | | 9:432\$181 | 9:432\$181 | | | | | |

OBSERVAÇÕES

O aumento de despesa de 1:408\$144 réis, que apresenta o capitulo 3.^o, procede das seguintes causas:

| | |
|---|------------|
| Augmento da terça parte de ordenado a tres conselheiros do supremo tribunal de justiça..... | 911\$210 |
| Excesso de despesa do expediente | 343\$625 |
| Ordenado do secretario aposentado do conselho supremo de justiça | 364\$773 |
| | 1:619\$608 |
| Vacaturas temporarias | 211\$464 |
| | 1:408\$144 |

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiaes | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | | | | |
|-----------------------------|---|---|--|-------------|--------------|--|--|--|
| | | | | Para mais | Para menos | | | |
| MINISTERIO DA GUERRA | | | | | | | | |
| Despesa ordinaria | | | | | | | | |
| 1. ^o | Secretaria d'estado | 82:461\$703 | 69:930\$317 | -§- | 12:531\$386 | | | |
| 2. ^o | Estado maior do exercito | 89:260\$633 | 52:976\$709 | -§- | 36:283\$924 | | | |
| 3. ^o | Divisões militares..... | 22:793\$303 | 18:180\$764 | -§- | 4:612\$539 | | | |
| 4. ^o | Corpos de diversas armas | 1.779:358\$441 | 1.593:954\$002 | -§- | 185:404\$439 | | | |
| 5. ^o | Governos de praças | 49:636\$248 | 26:482\$387 | -§- | 23:153\$861 | | | |
| 6. ^o | Estabelecimentos de instrução..... | 58:663\$134 | 55:107\$360 | -§- | 3:555\$774 | | | |
| 7. ^o | Repartições civis..... | 242:535\$572 | 267:102\$817 | 24:567\$245 | -§- | | | |
| 8. ^o | Officiaes em diversas commissões..... | 27:317\$985 | 26:955\$508 | -§- | 362\$477 | | | |
| 9. ^o | Corpos sedentarios | 163:441\$182 | 161:183\$496 | -§- | 2:257\$686 | | | |
| 10. ^o | Officiaes em disponibilidade e inactividade temporaria..... | 63:512\$000 | 32:994\$384 | -§- | 30:520\$616 | | | |
| 11. ^o | Officiaes sem acesso e reformados | 369:744\$609 | 281:718\$406 | -§- | 88:026\$203 | | | |
| 12. ^o | Diversas despezas | 405:754\$024 | 439:827\$675 | 34:073\$651 | -§- | | | |
| | | 3.354:478\$834 | 3.026:410\$825 | 58:640\$896 | 386:708\$905 | | | |
| | | 328:068\$009 | 328:068\$009 | | | | | |

OBSERVAÇÕES

Pelo facto de se fazer a comparação entre a despesa integral auctorizada e o pagamento liquido, em vista das sommas lançadas na conta de exercicio d'este ministerio, a comparação do capitulo 3.^o apresentou uma despesa a menos de 4:612\$539 réis, quando aliás houve effectivamente um aumento de despesa de 528\$622 réis, contando-se com as deduções de decimas no valor de 5:141\$161 réis.

Pela mesma rasão no capitulo 6.^o houve um aumento de despesa de 2:761\$867 réis, considerando-se que as deduções de decimas subiram a 6:317\$284 réis, e que havia no ultimo de junho de 1861 uma dívida de §360 réis.

O aumento de despesa effectiva do capitulo 7.^o foi de 37:650\$109 réis, acrescentando-se á que figura n'este mappa 13:057\$878 réis de deduções de decimas e 24\$986 réis, que ficaram em dívida no ultimo de junho de 1861.

Tambem no capitulo 8.^o houve effectivamente um aumento de despesa de 4:822\$296 réis, por isso que as deduções das decimas elevaram-se a 5:184\$773 réis.

E finalmente o verdadeiro aumento de despesa do capitulo 12.^o foi de 34:526\$693 réis, vistoque as deduções importaram em 453\$042 réis.

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiaes | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | | | | |
|---|--|---|--|--------------|--------------|--|--|--|
| | | | | Para mais | Para menos | | | |
| MINISTERIO DA MARINHA E ULTRAMAR | | | | | | | | |
| Serviço ordinario | | | | | | | | |
| 1. ^o | Secretaria d'estado..... | 56:243\$353 | 54:203\$747 | -§- | 5:039\$606 | | | |
| 2. ^o | Officiaes militares e civis | 23:445\$774 | 32:447\$563 | 6:734\$789 | -§- | | | |
| 3. ^o | Armamento naval | 449:451\$555 | 338:391\$853 | -§- | 84:059\$702 | | | |
| 4. ^o | Arsenal da marinha..... | 255:923\$304 | 294:835\$447 | 35:942\$113 | -§- | | | |
| 5. ^o | Cordoaria nacional | 43:921\$560 | 36:764\$434 | -§- | 7:157\$126 | | | |
| 6. ^o | Diversos estabelecimentos..... | 24:433\$690 | 21:778\$702 | -§- | 2:634\$988 | | | |
| 7. ^o | Despezas diversas..... | 27:069\$580 | 24:506\$322 | -§- | 2:563\$238 | | | |
| 8. ^o | Officiaes reformados..... | 18:522\$710 | 18:114\$903 | -§- | 407\$807 | | | |
| | | 870:981\$526 | 814:742\$941 | 42:643\$902 | 98:882\$487 | | | |
| Despeza extraordinaria | | | | | | | | |
| | Construções navaes | 168:598\$759 | 168:598\$759 | -§- | -§- | | | |
| | Reorganização do serviço de pilotagem..... | 15:000\$000 | 7:728\$562 | -§- | 7:271\$438 | | | |
| | Subsidio ás ilhas de Solor e Timor..... | 26:666\$666 | 26:666\$666 | -§- | -§- | | | |
| | Despeza com a colonia de Zambezia..... | 40:000\$000 | 30:000\$000 | -§- | 10:000\$000 | | | |
| | Subsidio á província de Moçambique | 42:000\$000 | 42:000\$000 | -§- | -§- | | | |
| | Despeza com a província de Angola..... | 200:000\$000 | 267:723\$472 | 67:723\$472 | -§- | | | |
| | | 1.363:246\$951 | 1.357:460\$400 | 110:367\$374 | 446:153\$925 | | | |
| | | | 5:786\$551 | | 5:786\$551 | | | |

OBSERVAÇÕES

Nos capitulos 2.^o e 4.^o ha os excessos de despesa que apresentam as comparações das sommas auctorisadas com as despendidas.

Quanto ao aumento do capítulo 2.^o acha-se elle explicado pela resposta do ministerio da marinha ás observações feitas pelo tribunal, no seu relatorio de 24 de dezembro de 1862; o aumento respectivo ao capítulo 4.^o carece de explicação.

No capítulo 7.^o, em vez de sobejarem 2:563\$238 réis da despeza auctorizada, houve um aumento de despesa de 1:447\$922 réis, por isso que no dia 30 de junho de 1861 havia uma divida de 3:711\$180 réis.

Houve tambem um excesso de despesa de 67:723\$472 réis, na verba votada para a província de Angola.

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiaes | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | |
|---|---|---|--|-------------|-------------|
| | | | | Para mais | Para menos |
| MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS | | | | | |
| 1. ^o | Secretaria d'estado..... | 14:528\$840 | 10:935\$432 | -§- | 3:593\$408 |
| 2. ^o | Corpo diplomatico..... | 86:905\$117 | 64:942\$032 | -§- | 21:963\$085 |
| 3. ^o | Corpo consular..... | 7:080\$000 | 5:970\$000 | -§- | 1:110\$000 |
| 4. ^o | Comissões mixtas | 5:500\$000 | 2:971\$819 | -§- | 2:528\$181 |
| 5. ^o | Despezas eventuaes..... | 36:800\$000 | 61:948\$030 | 25:148\$030 | -§- |
| | Despezas auctorisadas não incluidas no orçamento..... | 31:684\$550 | 31:684\$550 | -§- | -§- |
| | | 182:498\$507 | 178:451\$863 | 25:148\$030 | 29:194\$674 |
| | | | | 4:046\$644 | 4:046\$644 |

OBSERVAÇÕES

No capítulo 5.^o houve um aumento de despesa de 25:148\$030 réis que ainda se elevou a 26:983\$156 réis, porque as deduções das decimas importaram em 1:239\$985 réis e a divida em 30 de junho de 1861 era de réis 595\$141, e não consta que houvesse auctorisação para similhante despesa.

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiaes | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | |
|--------------------------------------|---|---|--|--------------------|---------------------|
| | | | | Para mais | Para menos |
| MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS | | | | | |
| 1. ^o | Administração central..... | 45:949\$766 | 37:184\$027 | -§- | 8:765\$739 |
| 2. ^o | Intendencia das obras publicas de Lisboa.... | 17:234\$888 | 14:918\$260 | -§- | 2:316\$628 |
| 3. ^o | Estradas | 940:729\$773 | 918:786\$318 | 8:056\$545 | -§- |
| 4. ^o | Caminhos de ferro..... | 554:572\$313 | 452:497\$501 | -§- | 102:074\$812 |
| 5. ^o | Telegraphos electricos..... | 70:000\$000 | 70:260\$857 | 260\$857 | -§- |
| 6. ^o | Diversas obras | 883:724\$919 | 886:025\$696 | 2:300\$777 | -§- |
| 7. ^o | Trabalhos geodesicos, chorographicos e hydrographicos..... | 53:642\$000 | 52:874\$577 | -§- | 767\$423 |
| 8. ^o | Estabelecimentos de instrucção e melhoramentos industriaes..... | 71:383\$400 | 76:749\$287 | 5:365\$887 | -§- |
| 9. ^o | Pinhaes e matas nacionaes..... | 107:444\$244 | 102:793\$323 | -§- | 4:650\$921 |
| 10. ^o | Administração geral dos correios..... | 318:213\$034 | 289:027\$849 | -§- | 29:185\$215 |
| 11. ^o | Diversas despezas..... | 189:492\$563 | 195:096\$240 | 5:603\$677 | -§- |
| | Despesa extraordinaria | 3.222:386\$900 | 3.096:213\$905 | 21:587\$743 | 147:760\$738 |
| | Compra de 180 moios de milho, remettidos para o districto de Angra do Heroismo... | -§- | 4:750\$480 | 4:750\$480 | -§- |
| | Despesa com o funeral do ex. ^{mo} duque da Terceira..... | -§- | 2:393\$355 | 2:393\$355 | -§- |
| | | 3.222:386\$900 | 3.403:357\$740 | 28:731\$578 | 147:760\$738 |
| | | 119:029\$160 | 119:029\$160 | | |

OBSERVAÇÕES

No capitulo 3.^o houve um aumento de despesa de 8:056\$545 réis, o qual foi ainda de mais 224\$600 réis, importancia das deduções de decimas, mas estava isso auctorizado por carta de lei de 7 de junho de 1859.

Está igualmente auctorizado por carta de lei de 10 de setembro de 1861, o aumento de despesa do capitulo 5.^o e por varias outras leis o que apresenta o capitulo 6.^o

No capitulo 7.^o em vez de sobesar o credito votado, houve um aumento de despesa de 967\$302 réis, visto que as deduções de decimas importaram em 1:734\$725 réis.

Quanto ao aumento de despesa do capitulo 8.^o, declarou o ministerio das obras publicas proceder isso de despesas relativas ao Campo Grande e outras fundadas no decreto de 21 de junho de 1859.

O aumento de despesa do capitulo 11.^o tem fundamento nas cartas de lei de 1 de marzo e 6 de maio de 1858 e 18 de abril de 1859.

Quanto ás duas ultimas verbas de despesa comprehendidas n'este mappa, declarou o ministerio das obras publicas, em resposta ás observações do tribunal sobre a sua conta de gerencia de 1859-1860, que as mesmas despesas foram feitas por meio de creditos extraordinarios, mas não mostrou que tivessem sido legalizados mediante a sancção parlamentar.

| Capitulos | Designação da despesa | Segundo a lei de 16 de abril de 1859 e leis especiaes | Segundo as contas dos ministerios e junta do credito publico | Diferenças | |
|---------------------------------|---|---|--|-------------|-------------|
| | | | | Para mais | Para menos |
| JUNTA DO CREDITO PUBLICO | | | | | |
| | Divida interna | | | | |
| 1. ^o | Gratificação aos membros da junta e ordenados dos empregados..... | 20:476\$000 | 15:359\$445 | -§- | 4:816\$855 |
| 2. ^o | Juros | 4.809:988\$338 | 4.782:710\$777 | -§- | 27:277\$561 |
| 3. ^o | Amortiseração | 3:670\$036 | 2:955\$450 | -§- | 714\$586 |
| 4. ^o | Diversos encargos..... | 6:100\$000 | 6:818\$766 | 718\$766 | -§- |
| | Extraordinaria | 3:222\$034 | 3:222\$034 | -§- | -§- |
| | Amortiseração das notas do banco..... | 52:010\$400 | 52:010\$400 | -§- | -§- |
| | | 1.895:166\$808 | 1.863:076\$572 | 718\$766 | 32:809\$002 |
| | Divida externa | | | | |
| 5. ^o | Comissão de agencia em Londres | 7:549\$090 | 5:751\$654 | -§- | 1:797\$436 |
| 6. ^o | Juros | 2.000:168\$888 | 1.965:009\$448 | -§- | 35:159\$470 |
| 7. ^o | Amortiseração | -§- | -§- | -§- | -§- |
| 8. ^o | Diversos encargos: | | | | |
| | Comissões, corretagens e outras despesas em Lisboa..... | 20:000\$000 | 68:439\$049 | 48:439\$049 | -§- |
| | Desconto de letras, corretagens e outras despesas em Londres..... | 4:000\$000 | 3:245\$691 | -§- | 754\$309 |
| | Desconto de letras, corretagens e outras despesas em Paris..... | 2:000\$000 | 3:345\$927 | 1:345\$927 | -§- |
| | Premios de transferencias..... | 4:400\$000 | 2:539\$397 | -§- | 1:860\$603 |
| | Despesa extraordinaria | 4:041\$872 | 4:041\$872 | -§- | -§- |
| | | 3.937:326\$658 | 3.915:449\$580 | 50:503\$742 | 72:380\$820 |
| | | | | 21:877\$078 | 21:877\$078 |

OBSERVAÇÕES

Nos capitulos 4.^o e 8.^o houve o aumento de despesa que mostra a comparação entre as despesas auctoradas e as que se effectuaram no exercicio de 1859-1860.

| descrição | | valores e despesas apresentadas sob ordem de credito e ordens | valores e despesas apresentadas sob ordem de credito e ordens |
|--|------------------|--|--|
| ordem de credito | ordem de credito | | |
| BONIFACIO OFICIO DO ATUAL SECRETARIO. | | | |
| ... para o credito da ordem de credito ... para o credito da ordem de credito | | | |
| 1859-1860 | 1860-1861 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1860-1861 | 1861-1862 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1861-1862 | 1862-1863 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1862-1863 | 1863-1864 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1863-1864 | 1864-1865 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1864-1865 | 1865-1866 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1865-1866 | 1866-1867 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1866-1867 | 1867-1868 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1867-1868 | 1868-1869 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1868-1869 | 1869-1870 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1869-1870 | 1870-1871 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1870-1871 | 1871-1872 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1871-1872 | 1872-1873 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1872-1873 | 1873-1874 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1873-1874 | 1874-1875 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1874-1875 | 1875-1876 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1875-1876 | 1876-1877 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1876-1877 | 1877-1878 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1877-1878 | 1878-1879 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1878-1879 | 1879-1880 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1879-1880 | 1880-1881 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1880-1881 | 1881-1882 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1881-1882 | 1882-1883 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1882-1883 | 1883-1884 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1883-1884 | 1884-1885 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1884-1885 | 1885-1886 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1885-1886 | 1886-1887 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1886-1887 | 1887-1888 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1887-1888 | 1888-1889 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1888-1889 | 1889-1890 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1889-1890 | 1890-1891 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1890-1891 | 1891-1892 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1891-1892 | 1892-1893 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1892-1893 | 1893-1894 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1893-1894 | 1894-1895 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1894-1895 | 1895-1896 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1895-1896 | 1896-1897 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1896-1897 | 1897-1898 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1897-1898 | 1898-1899 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1898-1899 | 1899-1900 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1899-1900 | 1900-1901 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1900-1901 | 1901-1902 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1901-1902 | 1902-1903 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1902-1903 | 1903-1904 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1903-1904 | 1904-1905 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1904-1905 | 1905-1906 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1905-1906 | 1906-1907 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1906-1907 | 1907-1908 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1907-1908 | 1908-1909 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1908-1909 | 1909-1910 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1909-1910 | 1910-1911 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1910-1911 | 1911-1912 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1911-1912 | 1912-1913 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1912-1913 | 1913-1914 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1913-1914 | 1914-1915 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1914-1915 | 1915-1916 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1915-1916 | 1916-1917 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1916-1917 | 1917-1918 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1917-1918 | 1918-1919 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1918-1919 | 1919-1920 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1919-1920 | 1920-1921 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1920-1921 | 1921-1922 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1921-1922 | 1922-1923 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1922-1923 | 1923-1924 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1923-1924 | 1924-1925 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1924-1925 | 1925-1926 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1925-1926 | 1926-1927 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1926-1927 | 1927-1928 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1927-1928 | 1928-1929 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1928-1929 | 1929-1930 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1929-1930 | 1930-1931 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1930-1931 | 1931-1932 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1931-1932 | 1932-1933 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1932-1933 | 1933-1934 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1933-1934 | 1934-1935 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1934-1935 | 1935-1936 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1935-1936 | 1936-1937 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1936-1937 | 1937-1938 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1937-1938 | 1938-1939 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1938-1939 | 1939-1940 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1939-1940 | 1940-1941 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1940-1941 | 1941-1942 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1941-1942 | 1942-1943 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1942-1943 | 1943-1944 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1943-1944 | 1944-1945 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1944-1945 | 1945-1946 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1945-1946 | 1946-1947 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1946-1947 | 1947-1948 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1947-1948 | 1948-1949 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1948-1949 | 1949-1950 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1949-1950 | 1950-1951 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1950-1951 | 1951-1952 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1951-1952 | 1952-1953 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1952-1953 | 1953-1954 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1953-1954 | 1954-1955 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1954-1955 | 1955-1956 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1955-1956 | 1956-1957 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1956-1957 | 1957-1958 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1957-1958 | 1958-1959 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1958-1959 | 1959-1960 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1959-1960 | 1960-1961 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1960-1961 | 1961-1962 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1961-1962 | 1962-1963 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1962-1963 | 1963-1964 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1963-1964 | 1964-1965 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1964-1965 | 1965-1966 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1965-1966 | 1966-1967 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1966-1967 | 1967-1968 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1967-1968 | 1968-1969 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1968-1969 | 1969-1970 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1969-1970 | 1970-1971 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1970-1971 | 1971-1972 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1971-1972 | 1972-1973 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1972-1973 | 1973-1974 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1973-1974 | 1974-1975 | 000,000,00 | 000,000,00 |
| 1974-1975 | 1 | | |

2.^a

As decimas dos vencimentos dos empregados publicos deduzidas em proveito do estado, são indubitavelmente um imposto, que deveria figurar em receita, como todos os outros, nos livros da contabilidade publica. O que havia a fazer sobre o assunto, era o seguinte: lançar em despesa integralmente os vencimentos dos empregados publicos, e simultaneamente abrir debito, por encontro, aos thesoureiros pagadores, da importancia procedente das deduções das decimas: por este movimento regular e methodico de operaçoes de contabilidade, determinadas pela natureza especial do referido imposto, o producto das decimas ficaria constituindo, de um modo muito natural e muito simples, receita effectiva do thesouro.

Não se procedeu assim, por effeito da lei de 23 de abril de 1845, artigo 10.^o, lançando-se a despesa nos ditos livros liquida de decimas e a escripturação se tornou *ipso facto*, viciosa na forma, deixando de apresentar em receita um imposto valiosissimo, computado no orçamento geral do estado e apresentando tambem a despesa cerceada, n'um valor correspondente.

Para o balanco das contas o resultado final era por certo o mesmo, porque tanto vale debitar ao thesouro (por exemplo) 3:000\$000 réis e credita-los ao mesmo tempo, como não haver debito nem credito d'essa mesma quantia; mas as formulas é que foram desattendidas, e as formulas em questões d'esta ordem são as regras da sciencia, que se não podem preterir.

Se tales decimas tivessem de continuar fôra por certo indispensavel regular a materia nos devidos termos; mas como tudo induz a crer que está proxima a sua extincção, parece ao tribunal que não convem adoptar agora alterações essenciaes no que está em practica, como foi já ponderado.

Ha porém uma innovação a fazer, tambem já indicada, e d'essa não se pôde prescindir. É harmonizar nas contas de todos os ministerios as despesas publicas com a lei do orçamento, de modo que tanto as auctorizações legislativas como os pagamentos efectuados se apresentem liquidos de decimas, como se practica nos ministerios do reino, justiça e marinha, para haver meios promptos e faceis de se confrontarem as despesas auctorisadas, com as despesas pagas.

No capitulo 3.^o, das contas d'este ministerio (juros e amortisações a cargo do thesouro) nota-se um excesso de despesa de 189:541\$248 réis.

No capitulo 4.^o (classes inactivas) apparece tambem um excesso de despesa de 16:865\$558 réis.

Houve igualmente excesso de despesa nos capitulos 10.^o (alfandegas), 12.^o (repartições de fazenda de districtos e concelhos) e 14.^o (diversas despesas), isto é, de 51:485\$732 réis no capitulo 10.^o, de réis

20:861\$060 no capitulo 12.^o e de 40:972\$549 réis no capitulo 14.^o; o augmento porém do capitulo 12.^o tem origem no decreto com força de lei de 3 de novembro de 1860, com fundamento na carta de lei de 11 de agosto do mesmo anno.

Quanto ás deduções da decima, pelo mesmo tribunal se reconheceu o motivo por que têem deixado de ser escripturadas.

No capitulo 12.^o, do acréscimo de quotas pela cobrança dos rendimentos publicos e diversas despesas das repartições de fazenda.

No capitulo 14.^o, do acréscimo da despesa feita com a impressão da estatística das alfandegas, orçamento, contas e outros documentos e augmento de despesas eventuaes d'este ministerio.

Direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda, em 25 de janeiro de 1865.—*Luiz de Sousa Fonseca Junior.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

RESPOSTAS DO MINISTERIO

1.^a

É perfeitamente applicavel a este ministerio a 1.^a observação respectiva ao ministerio da fazenda.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Satisfazendo ao que v. ex.^a exige no seu officio de 26 do corrente mez, passo ás mãos de v. ex.^a com os esclarecimentos que haviam sido exigidos por officio de 16 de janeiro ultimo, expedido pela direcção geral da contabilidade, a inclusa nota das observações contidas no relatorio do tribunal de contas, com relação á conta do exercicio de 1859–1860.

Deus guarde a v. ex.^a Ministerio dos negocios do reino, em 28 de abril de 1865.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.—*Julio Gomes da Silva Sanches.*

Se a conta da gerencia é feita com todo o desenvolvimento, por capitulos, artigos e secções, e isto não só em relação á despesa do anno a que respeita a gerencia, mas tambem á despesa liquida de annos anteriores, claro está que a conta do exercicio de cada um anno se acha completamente desenvolvida na conta da gerencia do anno a que respeita o exercicio e na do anno seguinte. Todavia a contar do anno economico de 1864–1865, ha de observar-se o regulamento geral da contabilidade publica, conforme dispõe a portaria do ministerio da fazenda de 15 de dezembro de 1863 e a indicação do tribunal.

2.^a

É-lhe tambem applicavel a 2.^a observação relativa ao mesmo ministerio, menos quanto ao que se diz na parte final.

Quando começaram as deduções, determinou a lei de 23 de abril de 1845 no artigo 10.^o, que o governo decretasse as despesas pelo liquido dos vencimentos, e em vista d'esta disposição, organisou-se a competente tabella das despesas pela qual se regulou o serviço da contabilidade. Mais tarde é verdade que a lei considerava receita publica a importancia das deduções; mas não se conhecendo vantagem em alterar o que se achava estabelecido, quanto ao processo das folhas, que muito se complicaria n'esta repartição, continuaram a processar-se pelo liquido dos vencimentos. A doutrina que o tribunal expende é exacta, porém o serviço

pela forma por que foi desempenhado, simplificou-se sem prejuizo da fiscalização a que tinha de ser su-

bordinado.

3.^a

Alem dos fundos votados pelo parlamento, que lhe foram entregues pelo ministerio da fazenda, dispõe o ministerio do reino de mais 36:316\$337 réis, procedentes de rendimentos de repartições de sua dependencia, de que não deu conhecimento ao thesouro como era necessário para lhe serem encontrados na sua dotação. Veja-se a este respeito o que se acha exposto a pag. 49 d'este relatorio; convirá evitar no futuro a repetição de factos d'esta ordem, para se manterem illesos os principios do systema representativo.

O ministerio do reino aceitou e escripturou despesas pagas com diversas receitas que não estavam comprehendidas no orçamento geral do estado; mas cumpre observar que o ministerio da fazenda teve conhecimento de quasi todas estas despezas, como se evidencia do documento n.º 100, que faz parte do relatorio do mesmo ministerio da fazenda apresentado ás cōrtes na sessão ordinaria de 1860-1861. São bem conhecidas as difficultades com que tem lutado as repartições de contabilidade, porém se forem comparados os orçamentos dos annos anteriores com o que se propoz para 1865-1866, reconhecer-se-ha que a repartição de contabilidade do ministerio tem aperfeiçoado sucessivamente este ramo de serviço; todavia a especialidade de algumas repartições dependentes do ministerio do reino, tales como a imprensa nacional, a imprensa da universidade, os hospitaes e dispensatorio pharmaceutico da mesma universidade e a administração do diario de Lisboa, forçosamente ha de influir para que estas repartições apresentem irregularidades, pela natureza do seu serviço.

Estas irregularidades poderão evitarse nos futuros annos economicos, se for concedida ao governo, nas respectivas leis de meios, a facultade de abrir creditos supplementares, quando as despezas das repartições designadas excedam as que estão votadas. Com tal facultade regularisa-se o serviço e não se compromettem as receitas publicas, por isso que o excesso da despesa é compensado com o da receita das repartições alludidas.

O excesso no capitulo 4.^o provém das causas mencionadas na resposta à observação 3.^a

Para justificar o excesso de 27:317\$243 réis basta dizer que para a imprensa nacional foi votada a somma de 52:673\$054 réis e que a despesa efectiva subiu a 82:809\$908 réis, em consequencia de maior desenvolvimento de trabalho, para o que correu em grande parte o funcionarem os corpos legislativos durante os meses de novembro de 1859 e janeiro a agosto de 1860.

O excesso no capitulo 6.^o provém de se haver mandado entrar no thesouro os rendimentos do lazareto que eram applicados a despezas que, quanto indispensaveis, não estavam auctorisadas no orçamento; e quanto ao excesso no capitulo 10.^o foi este devido a maior despesa, reclamada pelo serviço de policia e segurança publica.

4.^a

Houve no capitulo 4.^o da conta d'este ministerio (instrução publica) um excesso de despesa de réis 44:892\$764.

5.^a

Houve tambem no capitulo 5.^o (estabelecimentos scientificos) um excesso de despesa de 27:317\$243 réis.

6.^a

Nota-se igualmente no capitulo 6.^o (sauda publica) o excesso de despesa de 1:587\$232 réis e no capitulo 10.^o (diversas despezas) o de 3:393\$840 réis.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTICA

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

1.^a

É applicavel a este ministerio a 1.^a observação respectiva ao ministerio da fazenda.

RESPOSTAS DO MINISTERIO

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Satisfazendo ao officio de v. ex.^a da data de hontem, no qual se refere ao de 16 de janeiro proximo passado, a fim de que sejam prestados os esclarecimentos necessarios para o devido andamento do relatorio do tribunal de contas, na conformidade do artigo 306.^o do regulamento geral da contabilidade publica, approvado por decreto de 12 de dezembro de 1863, tenho a honra de remeter a v. ex.^a a nota inclusa dos citados esclarecimentos, pelo que diz respeito ás observações 1.^a e 3.^a, vistoque pela 2.^a das mesmas observações é aprovada a pratica seguida n'este ministerio de apresentar as auctorizações legislativas e os pagamentos effectuados liquidos de decima.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justica, 27 de abril de 1865.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.—Julio Gomes da Silva Sanches.

«A conta do exercicio de 1859-1860, apresenta-se tão resumida, que mal se presta a quaesquer «combinações sobre cada uma das verbas cuja somma constitue a importancia total respectiva a cada «um dos capitulos.»

Esta conta porém está feita por capitulos a pag. 44 e 45 da conta da gerencia de 1860-1861 e somma quanto á despesa que se liquidou a importancia total de 439:403\$193

Sendo desenvolvida por capitulos, artigos e secções desde pag. 9 a 25, na conta da gerencia de 1859-1860 na importancia de 436:114\$774

E bem assim a pag. 5 e 6 da conta da gerencia de 1860-1861, pelo que se liquidou n'este anno economico, pertencente aos capitulos 2.^o, 4.^o, 5.^o e 7.^o, como se vê das respectivas verbas na quantia de 3:288\$419

Total 439:403\$193

As despesas auctorisadas pela carta de lei de 15 de julho de 1857, liquidadas das deduções e as que foram igualmente auctorisadas em virtude de resoluções posteriores, como circumstancialmente se enumeram na competente nota preliminar a pag. v e vi na importancia total de 448:159\$794 réis, estão igualmente desenvolvidas na tabella que faz parte do decreto de 22 de agosto de 1857 e na mencionada nota preliminar com as referencias necessarias ás leis e ordens que as determinam.

As contas já publicadas dos exercícios de 1861-1862 e 1862-1863, estão organizadas como se recomenda n'esta 1.^a observação.

2.^a

É-lhe igualmente applicável a 2.^a observação relativa ao mesmo ministerio, menos quanto á parte final.

3.^a

Só no capitulo 3.^o da conta d'este ministerio é que houve um excesso de despesa que procedeu do aumento do terço do ordenado de tres conselheiros do supremo tribunal de justiça, do aumento de despesas do expediente e do ordenado do secretario aposentado do dito tribunal.

O excesso de despesa que se observa no capitulo 3.^o, cujo desenvolvimento consta da nota preliminar, teve lugar em cumprimento do dispôsto nas cartas de lei de 17 de agosto de 1853 e 4 de junho de 1859 e pela despesa do expediente que acresceu alem da diminuta verba que para ella está consignada.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

1.^a

O ministerio da guerra conheceu já a necessidade de adoptar a idéa lembrada na primeira observação, relativa ao ministerio da fazenda, como se vê da sua conta de gerencia de 1860-1861.

2.^a

É applicável ao ministerio da guerra a 2.^a observação, respectiva ao ministerio da fazenda.

3.^a

O ministerio da guerra nas suas respostas ás observações do tribunal, lançadas no relatorio de 24 de dezembro de 1862, declarou haver expedido as convenientes ordens para se incorporarem na conta geral da respectiva pagadoria os saldos dos cofres da remonta da cavallaria e das presas da guerra peninsular. Estabelecer-se-ha por essa fórmula um bom principio, que o ministerio da guerra reconheceu no louvável intuito de melhorar o serviço das repartições a seu cargo.

4.^a

Respondendo tambem ás observações do tribunal tendentes a melhorar a escripturação respectiva aos recibos interinos e annuindo promptamente, como era de esperar do seu zélo pelo bem do serviço, aos alvitres que lhe foram apresentados, o ministerio da guerra comprometteu-se a regular a matéria na devida forma.

A este respeito o tribunal julga conveniente insistir na necessidade, lembrada no seu relatorio de 24 de dezembro de 1862, de se tomar alguma pro-

RESPOSTAS DO MINISTERIO

videncia legislativa ácerca de muitos d'esses recibos interinos de duvidoso ou impossivel resgate, e especialmente dos que têm origem em epochas anomais, a fim de serem, os que se acharem em tais circunstancias, creditados nas contas onde figuram em debito, e queimados como papeis inuteis.

5.^a

No capitulo 3.^o d'este ministerio (divisões militares) houve um excesso de despesa de 328\$622 réis.

6.^a

Houve mais no capitulo 6.^o (estabelecimentos de instrucção) o excesso de despesa de 2:761\$867 réis.

7.^a

Deu-se tambem no capitulo 7.^o (repartições civis) o excesso de despesa de 37:650\$109 réis; no capitulo 8.^o (officiaes em diversas comissões) o de 4:822\$296 réis e no capitulo 12.^o (diversas despesas) o de 34:526\$693 réis.

aos referidos delegados, e de que o pagador só se pôde debitar no anno seguinte (vide as notas 3 e 4, a paginas 71 da conta do ministerio, impressa).

O resgate de interinos no anno economico de 1859-1860, foi de 1.751:441\$427 réis, e o terem entrado novos interinos na importancia total de réis 1.666:915\$735 é que fez que a amortisação dos recibos interinos no fim do anno fosse sómente de réis 84:525\$692.

Quanto á inexactidão que se aponta a respeito dos 37:852\$934 réis, e á influencia que se diz poderá ter no saldo ou balanço do cofre do pagador no dia 30 de junho de 1859 não é procedente, por isso que no dito cofre existiam effectivamente os interinos no referido valor e o pagador estava d'elles debitado nas suas contas. Sómente nas contas do ministerio, anteriores ao referido dia 30 de junho de 1859, é que esses interinos tinham tido a consideração de depositos, a qual porém não invalidava de modo algum a responsabilidade do pagador em referencia a esta somma.

As contas dos cofres da remonta da cavallaria e das presas da guerra peninsular não apresentam despesa alguma, porque desde muito tempo não se tem efectuado pagamento por esses cofres, e não se oferecendo a menor duvida para que os respectivos saldos sejam incorporados na conta geral da pagadoria, vão expedir-se n'esse sentido as convenientes ordens.

Quanto á declaração dos interinos amortizados, entende este ministerio que para maior esclarecimento deverá ser feita com distinção de quatro epochas, a saber: a do anno a que disser respeito a conta; a do anno antecedente; a dos atrasados a contar desde 1860-1861 e a dos antigos até 1859-1860, em que se comprehendem os de epochas anomais, e n'este sentido vão expedir-se as convenientes ordens, não se procedendo já d'este modo quanto á conta de 1862-1863, por não caber no possivel obter esses esclarecimentos a tempo de se incluirem na mesma conta, a qual tem de ultimar-se no prazo que determina o acto addicional.

O artigo 14.^o do decreto n.^o 4 de 19 de agosto de 1859, quando trata da declaração geral que o tribunal de contas deve proferir em cada anno pelo exame das contas dos ministerios, declara mui explicitamente que as contas sobre que esse exame deve recair, são as do ultimo exercicio findo, e nem outra cousa se deveria entender, porque a conta da gerencia não pôde ser comparada com as sommas votadas para as despezas dos ministerios. O tribunal porém no caso sujeito, apresenta essa comparação pela conta da gerencia, do que resulta aparecerem diferenças que não são verdadeiras, porque talvez até essas fossem em sentido contrario se se adicionasse ás autorizações dos respectivos capitulos os creditos supplementares e extraordinarios votados pelas cortes, o que tudo vai esclarecido na referida conta do exercicio (que está impressa junto á conta da gerencia de 1860-1861) e na competente nota preliminar (3.^a parte), pelas quaes se conhece que os augmentos foram:

No capitulo 7.^o 37:650\$109 réis.

No capitulo 8.^o 4:822\$296 réis.
No capitulo 12.^o 34:526\$693 réis.

O pensamento do tribunal a este respeito está completamente cumprido, porque a quantia de réis 4:275\$913 (e não de 4:275\$853 réis, como equivocadamente se diz) recebida da escola, proveniente dos seus rendimentos próprios, deu convenientemente entrada no tesouro e por ali se passaram os competentes avisos de credito em relação a ella. Esta reflexão porém do tribunal teve origem em haver-se lançado na conta do tesouro, relativa ao anno de 1859-1860, toda a receita da escola polytechnica em cargo ao ministerio do reino, no que houve menos exactidão, poisque d'essa receita, na importancia total de 7:913\$728 réis, pertence ao ministerio da guerra a dita quantia de 4:275\$913 réis pelo tempo decorrido desde 1 de julho de 1859 até 31 de janeiro de 1860, vistoque a sua contabilidade só passou a estar a cargo do ministerio do reino desde 1 de fevereiro de 1860 em diante.

MINISTERO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

RESPOSTAS DO MINISTERIO

1.^a

É applicavel a este ministerio a primeira observação respectiva ao ministerio da fazenda.

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Na conformidade do que v. ex.^a se serviu dizer-me em officio de 16 de janeiro ultimo, tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a o inclusivo documento, contendo as explicações que a direcção de contabilidade d'este ministerio julgou dever dar ás reflexões que pelo tribunal de contas foram feitas, ácerca da conta do exercicio findo de 1859-1860, pertencente ao ministerio a meu cargo.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 7 de fevereiro de 1865.—III.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.—*João Chrysostomo de Abreu e Sousa.*

Até 1851-1852 este ministerio não dava conta de exercicio; em 1852-1853 julgou-se dever dar conta de gerencia e do exercicio, seguindo-se para isso o sistema adoptado em alguns ministerios, visto não haver lei que regulasse este objecto. Com a publicação do regulamento geral da contabilidade publica, decretado em 12 de dezembro de 1863, foi suprida aquella falta, e por isso a contar do 1.^o de julho de 1864 serão cumpridas por este ministerio as disposições do referido regulamento.

2.^a

É-lhe igualmente applicavel a segunda observação relativa ao dito ministerio, menos quanto á parte final.

3.^a

O ministerio da marinha, em sua resposta de 24

Sobre esta observação nada ha a dizer, vistoque as indicações feitas pelo tribunal de contas estão há muito em execução n'este ministerio.

Nada ha a dizer ácerca d'esta observação, por-

de dezembro de 1863, annuiu ás indicações feitas pelo tribunal de contas no seu relatorio de 24 de dezembro de 1862, sobre a fórmula por que deveria organizar as suas contas, satisfazendo assim ás conveniencias do serviço.

4.^a

O mesmo ministerio não attendeu porém do mesmo modo ás observações do tribunal sobre a necessidade de se incluirem nas contas as receitas eventuais, procedentes de objectos cedidos ao commercio por os não encontrar no mercado, ou vendidos por inuteis, de despesas com a entrada no díque de navios mercantes, de indemnizações de avarias, etc., declarando o ministerio da marinha que taes objectos não constituem direitos do tesouro e que se o fossem, teria de augmentar-se no orçamento a verba para material e pessoal, que procede de similhante receita.

Todo o material a cargo do arsenal da marinha e todo o trabalho do pessoal de que se compõe o quadro de empregados, artistas e operarios da mesma repartição, é sem duvida alguma uma propriedade do estado; portanto qualquer producto, por insignificante que seja, que provenha da venda ou emprestimo do material, ou do trabalho do pessoal, sendo uma receita publica, constitue indubitavelmente um direito do tesouro. Nem é possível admitir-se a opinião contraria. Quando se haja de vender, por exemplo uma embarcação da nossa marinha de guerra, por inutil, uma machina nova ou velha, uma ou mais peças de artilharia naval, arruinadas e inuteis, o preço d'essas vendas deve aparecer inquestionavelmente como receita publica nas contas geraes do estado; porque alias o parlamento não teria meio algum de conhecer e apreciar a existencia d'esses factos. Se é diversa a pratica seguida n'este ramo do serviço, será mister convir que tal pratica nada tem de regular e deve ser substituida por outra, nos termos indicados pelo tribunal. Embora se haja de augmentar a verba destinada ao custeio do arsenal da marinha, porque similhante augmento de despesa publica terá a devida compensação n'essa receita extraordinaria, escripturada no tesouro; tanto mais que o orçamento de cada um dos ministerios para ser, como cumpre, uma realidade sujeita á apreciação parlamentar, deve compreender todas as despesas provaveis a cargo dos mesmos ministerios, sem excepção alguma, sendo tambem este o unico meio de se não poderem fazer despesas que não sejam previstas, calculadas e autorisadas pelos representantes da nação, e de se executarem conseguintemente todas as regras de administração, fundadas no sistema representativo.

Em vista d'estas considerações, entende o tribunal dever insistir nas idéas apresentadas a este respeito no seu dito relatorio de 1862.

5.^a

No capitulo 2.^o da conta d'este ministerio ha um excesso de despesa de 6:731\$789 réis, o qual pro-

quanto o tribunal já tem conhecimento de que este ministerio aceitou as indicações por elle apresentadas ácerca do objecto de que trata.

Em vista do artigo 24.^o do regulamento geral de contabilidade publica, foi incluido no orçamento de receita provavel d'este ministerio para o anno de 1865-1866 a importancia do producto de quaequer vendas de objectos ou de outras receitas eventuais.

É-lhe igualmente applicavel a observação n.º 24.

MINISTERO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

O excesso de despesa que se encontra no capitulo 2.^o da conta do exercicio do anno de 1859-1860,

cede da reforma feita pelo decreto com força de lei de 6 de setembro de 1859.

provém das reformas feitas em virtude da auctorisação concedida ao ministerio da marinha, pela carta de lei de 3 de junho de 1859.

6.^a

Houve tambem no capitulo 4.^o (arsenal da marinha) um excesso de despesa de 35:912\$113 réis.

A somma de 33:912\$113 réis que no capitulo 4.^o da conta de exercicio de 1859-1860 apparece a mais despendida, provém do acabamento da construcção da corveta *Sá da Bandeira*, vistoque para similar construcção se não votou verba alguma; pelo que teve de ser suprida pelas sobras de outros capítulos da mesma conta.

7.^a

No capitulo 7.^o (despezas diversas) nota-se o excesso de despesa de 1:147\$922 réis.

O motivo d'este excesso de despesa provém do subsidio dado a um official da armada, que foi mandado estudar em Polkowa. Este ministerio apresentou ás camaras dos senhores deputados diversas propostas, pedindo os meios para esta despesa; porém tales propostas nunca chegaram a ser convertidas em lei.

8.^a

Deu-se finalmente na verba votada para a província de Angola, um aumento de despesa de réis 67:723\$472.

Os socorros que foram precisos mandar para a província de Angola nos annos de 1859-1860 e 1860-1861, excederam a verba votada para esse fim em 67:723\$472 réis, para pagamento da qual se mandaram transferir do cofre de Macau 50:000 patacas como emprestimo á província de Angola; a realização d'esta transferencia porém só teve logar no anno economico de 1861-1862, e por isso na conta de gerencia d'este anno ali apparece a somma de 52:677\$858 réis como depositada no cofre de marinha pertencente a diversos; n'esta somma se comprehendem 49:687\$500 réis pertencentes á dita transferencia, os restantes 18:035\$972 réis foram debitados á província de Angola para encontro da despesa que ali fizerem os navios de guerra, o que se tem verificado nos annos subsequentes.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

1.^a

Veja-se a primeira observação relativa á conta do ministerio da fazenda.

RESPOSTAS DO MINISTERIO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de v. ex.^a a inclusa nota, que acompanhou o officio de v. ex.^a de 16 do mez findo, contendo diversas reflexões feitas pelo tribunal de contas á conta do exercicio d'este ministerio de 1859-1860, as quaes me parecem esclarecidas com as observações que julguei a propósito exarar na dita nota.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 8 de fevereiro de 1865.—

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.—*Duque de Loulé*.

O que pondera o tribunal de contas sobre a conveniencia de serem organisadas as contas de exercicio pelo modo por que o eram as contas de gerencia, já se poz em execução na conta de exercicio de 1862-1863.

2.^a

Veja-se tambem a segunda observação respectiva á mesma conta.

3.^a

No capitulo 5.^o da conta d'este ministerio (despesas eventuaes) houve um aumento de despesa de 26:983\$156 réis, que não consta houvesse sido autorizado.

O augmento de despesa de 26:983\$156 réis, que se nota na observação á margem, foi autorizado pela carta de lei de 22 de agosto de 1861 (vide a nota exarada na conta).

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMERCIO E INDUSTRIA

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

1.^a

Veja-se a primeira observação relativa á conta do ministerio da fazenda.

RESPOSTAS DO MINISTERIO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Tenho a honra de enviar a v. ex.^a, em resposta ao seu officio de 26 de abril proximo findo, os esclarecimentos exigidos pelo tribunal de contas com relação ás contas do exercicio findo em 1859-1860.

Deus guarde a v. ex.^a Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 5 de maio de 1863.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.—*Carlos Bento da Silva*.

2.^a

Veja-se igualmente a segunda observação respectiva á mesma conta.

3.^a

No capitulo 3.^o da conta do ministerio das obras publicas (estradas) houve um excesso de despesa de 8:281\$145 réis, auctorizado por carta de lei de 7 de junho de 1859.

O excesso de 8:281\$145 réis que se nota entre a despesa verificada e a auctorizada, foi suprido com o producto de donativos e com parte da receita eventual que se tem cobrado n'este ministerio e que não têm sido encontrados nas auctorisações e por consequencia nos fundos entregues pelo ministerio da fazenda por conta d'essas auctorisações; caso este que se tem dado sempre e ainda aparecerá na conta do anno de 1863-1864, em que se adoptou esta practica com a publicação do regulamento geral de contabilidade, que ordena no artigo 34.^o a arrecadação de similares quantias, como rendimento extraordinario, o qual deve ser encontrado nas auctorisações desde o 1.^o de julho de 1864 em diante.

4.^a

Houve tambem no capitulo 5.^o (telegraphos electricos) um excesso de despesa de 260\$857 réis, com fundamento na lei de 10 de setembro de 1861, e no capitulo 6.^o (diversas obras) o de 2:300\$777 réis, auctorizado por diversas leis.

5.^a

No capitulo 7.^o (trabalhos geodesicos, etc.) nota-se o augmento de despesa de 967\$302 réis.

O excesso de despesa nos capitulos 5.^o e 6.^o provém tambem da receita eventual cobrada na direcção geral dos telegraphos e nas direcções das obras publicas.

6.^a

No capitulo 8.^o (estabelecimentos de instrucción e melhoramentos industriaes) houve o augmento de despesa de 5:365\$887 réis, que procede, segundo declarou o mesmo ministerio, de despezas relativas ao Campo Grande, e outras fundadas no decreto de 21 de junho de 1859; mas decretos não são leis e portanto similhante despesa deveria ter a sancção parlamentar.

7.^a

Nota-se igualmente no capitulo 11.^o (diversas despezas) o excesso de despesa de 5:603\$677 réis, com fundamento nas cartas de lei de 1 de março, 6 de maio de 1858 e 18 de abril de 1859.

8.^a

Finalmente o ministerio das obras publicas tendo despendido 4:750\$480 réis na compra de trigos, que remeteu para o districto de Angra do Heroísmo e 2:393\$355 réis com o funeral do ex.^{mo} duque da Terceira, declarou em sua resposta ao relatorio do tribunal de 24 de dezembro de 1862, que taes despezas foram feitas por meio de creditos extraordinarios, o que não as tornou por certo legaes, uma vez que não foram submettidas á sancção do poder legislativo.

9.^a

O tribunal no seu dito relatorio tinha indicado a necessidade de se fixarem por lei os vencimentos de todo o pessoal do ministerio das obras publicas, por uma forma regular, evitando-se a repetição da

O augmento de despesa que se nota no valor de 967\$302 réis, provém do augmento de pessoal no serviço de minas, em conformidade do decreto de 20 de outubro de 1859, sendo suprido este augmento com parte do saldo que existia na direcção geral dos trabalhos geodesicos, proveniente de somas auctorizadas para despezas de annos anteriores que se conservam em ser para ocorrer ás despezas com materiaes e instrumentos que se encommendam em tempo e que só entram na direcção passados muitos meses: esta pratica tem sido observada até 30 de junho de 1864.

Esta despesa a mais da auctorizada para o capitulo 8.^o do orçamento do ministerio das obras publicas, foi suprida parte com a receita eventual do instituto industrial e pelo rendimento do Campo Grande devidamente escripturado nas contas do instituto agricola, e parte está devidamente auctorizada pelo decreto de 21 de junho de 1859, confirmado pela carta de lei de 9 de agosto de 1860.

Este excesso de despesa foi suprido na repartição de pesos e medidas na quantia de 6:431\$533 réis pelo producto de receitas eventuais cobrados n'aquelle repartição, e que não foram levados em conta pelo ministerio da fazenda no credito votado e nas despezas diversas do ministerio na somma de 733\$328 réis, pelo saldo de creditos auctorizados e não despendidos nos annos findos, que existia no cofre central do ministerio.

Confirma-se a mesma declaração feita em 3 de fevereiro de 1864, por isso que no ministerio das obras publicas não consta que haja outra auctorização alem dos creditos extraordinarios abertos no ministerio da fazenda, para ocorrer ás despezas de que se trata.

disparidade, que se notava em abonos por serviços de natureza identica, com quebra da devida proporção, entre as categorias que os desempenham. Esta indicação do tribunal é de esperar que seja atendida, em consequencia da carta de lei de 25 de junho ultimo, que auctorisou o ministerio das obras publicas a organizar convenientemente o respectivo pessoal, tendo já sido adoptadas algumas reformas fundadas na mesma auctorisação.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL

1.^a

Veja-se a primeira observação relativa á conta do ministerio da fazenda.

RESPOSTAS DA JUNTA

SENHOR: — A junta do credito publico baixou a portaria de 16 de janeiro ultimo, expedida pela direcção geral da contabilidade, remettendo as observações feitas pelo tribunal de contas sobre a conta de exercicio do anno de 1859-1860.

A junta mandou informar a sua contadaria, que apresentou as reflexões que constam da respectiva nota, com as quaes a junta se conforma.

Vossa Magestade mandará o que for justo. Junta do credito publico, 1 de fevereiro de 1865.—Francisco Izidoro Vianna—Visconde de Porto Covo de Bandeira—Visconde de Menezes—Antonio Pedro da Silva Pedroso.

Não pôde haver duvida em se fazer a conta de exercicio por artigos. A conta organizada por este modo facilita os trabalhos para a declaração annual que o tribunal de contas deve fazer nos termos do artigo 15.^o do regulamento de 6 de setembro de 1860, no caso de dispensar a confrontação com a conta de gerencia, á qual se refere sempre a conta de exercicio, confrontação que parece de utilidade.

Na exposição dos motivos com que se pretende justificar similhante exigencia, se declara que o tribunal não tem dados para avaliar e o parlamento para apreciar, julgar as contas e reconhecer se foram criados ou suprimidos empregos, cerceados ou aumentados os ordenados dentro do mesmo capitulo.

As contas da junta são acompanhadas de diversas demonstrações. Na demonstração n.^o 4 da conta de gerencia de 1859-1860, se declara a despesa que se fez por cada artigo, sendo a sua totalidade de 19:435\$018 réis.

Na conta de exercicio publicada com as contas de gerencia do anno economico de 1860-1861, se diz que a somma despendida e liquidada no anno de 1859-1860, foi de 19:435\$018 réis, isto é, a mesma quantia; logo confrontando-se as duas contas existentes no tribunal, é evidente que não se deu cerceamento ou aumento nos ordenados dos quadros d'esta repartição.

2.^a

Veja-se tambem a segunda observação respectiva á mesma conta.

Pelas contas publicadas pela junta e nas respectivas demonstrações de receita sob o n.^o 3, se prova que as decimas dos ordenados são devidamente escripturadas, não só porque existindo escripturação regular e por partidas dobradas, esta deve revelar a historia dos factos economicos, mas tambem porque sendo um imposto cobrado pela repartição, a cobrança constitue sempre receita e como tal deve ser escripturada.

No caso que a escripturação se faça pelos pagamentos líquidos de decima, parece que a importancia da deducção não pôde ser escripturada como receita, como se aconselhou no principio d'esta observação.

3.^a

No seu relatorio de 24 de dezembro de 1862 o tribunal de contas havia solicitado providencias que o habilitasse a exercer a fiscalização que lhe compete sobre a gerencia dos fundos annualmente entregues á junta do credito publico. O regulamento geral da contabilidade que faz parte do decreto de 12 de dezembro de 1863 e a carta de lei de 25 de junho do corrente anno, satisfaz a esta necessidade do serviço. Cumpre portanto aguardar os resultados d'estas providencias, cujos effeitos salutares só podem ser sentidos no futuro.

4.^a

No capitulo 4.^o da conta da junta do credito publico (diversos encargos da dívida interna) houve um excesso de despesa de 718\$766 réis.

No officio da junta de 7 de fevereiro de 1861, se pediu ao tribunal de contas que requisitasse tudo quanto entendesse conveniente para o exame minucioso das contas da junta, que se enviavam com o referido officio, e não pôde haver duvida em se prestarem todos os esclarecimentos, ainda mesmo os que porventura não estejam mencionados nas prescrições do regulamento aprovado por decreto de 12 de dezembro de 1863.

5.^a

Houve tambem no capitulo 8.^o (diversos encargos da dívida externa) o aumento de despesa de 49:784\$976 réis.

Este excesso é proveniente das seguintes adições: 1.^a Augmento na despesa com os premios de transferencia, importante em 532\$376 réis. Sendo uma parte da dotação da junta, arrecadada nos districtos do reino, as despezas de transferencia para o cofre da junta excederam a verba votada. 2.^a Augmento de 186\$390 réis nas diversas despezas, porque as despezas com os livros de assentamento, compra de papel e outras se elevam com as emissões de titulos. No orçamento de 1860-1861 se reconheceu a deficiencia das indicadas verbas.

À vista pois d'estas condições se reconhecerá que a verba da commissão é tanto mais avultada quanto maior for a cifra do pagamento dos juros em Paris.

Pelo orçamento votado para 1859-1860 a verba de commissões e outras despezas em Paris, estava limitada a 2:000\$000 réis, sendo 1:000\$000 réis para commissão e 1:000\$000 réis para despezas do expediente e outras com o pagamento dos juros; mas desde o 1.^o semestre de 1860 a commissão é por percentagem, tirada da importancia total dos juros pagos.

Se a verba votada para as referidas despezas não tem sido suficiente, é provavel que jamais o seja, enquanto o pagamento dos coupons em Paris estiver isento do imposto sobre os rendimentos de fundos, como não acontece em Londres.

Deve-se ponderar em relação ao excesso da despesa de diferença de cambios, que o orçamento apresentado ás camaras com relação á dívida externa, é calculado pelo cambio de 55 dinheiros. Este cambio é deficiente á vista dos mesmos orçamentos, aonde vae descripta a verba aliás avultada para compensar a mesma diferença de cambios. O estado deu á libra esterlina o valor de 4\$500 réis; que é o resultado da redução ao cambio de 53 1/3 dinheiros; no orçamento calcula-se a mesma libra pelo referido cambio de 55 dinheiros, resultando uma diferença de 137 réis em cada libra esterlina.

A contadoria da junta proporá quando fizer novo orçamento, que desapareça esta anomalia, a fim de que a lei de despesa revele o mais approximadamente possível o que se deve pagar, para se evitar a falta de receita, para ocorrer em tempo proprio ao pagamento dos encargos da dívida externa; mas também para se evitar o grande expediente com as formulas do decretamento dos creditos supplementares.

CAPITULO VI

SITUAÇÃO DA DIVIDA PÚBLICA FUNDADA NO DIA 1.^o DE JULHO DE 1861

| DIVIDA INTERNA | Capitaes | | | Juros | | |
|--|-----------------|--|--|--------------|--|--|
| | | | | | | |
| Novo fundo de 3 por cento | 66.288:550\$000 | | | 150:684\$750 | | |
| Restos de capitaes de 3, 4, 5 e 6 por cento, que tēem de ser convertidos em virtude do decreto de 18 de dezembro de 1852 | 203:008\$397 | | | 109:883\$791 | | |
| Liquidação da divida dos Açores de 3 e 5 por cento, até junho de 1839 | 9:467\$256 | | | 1:381\$559 | | |
| Apolices vitalicias | -\$- | | | 17:253\$642 | | |
| Restos de capitaes de 6 por cento com juros vencidos até 30 de junho de 1835 | 159:936\$168 | | | 124:980\$521 | | |
| Restos do juro do terceiro empréstimo de 5 e 6 por cento, vencidos até á referida data | -\$- | | | 144\$113 | | |
| Divida deferida com juros de 3 por cento, a começar em 3 de janeiro de 1863 | 2.885:738\$438 | | | -\$- | | |
| | 69.546:700\$259 | | | 404:328\$676 | | |

| DIVIDA EXTERNA | Capitaes | | | | | | | | |
|---|-----------------|----|---|----------|----|----|-----------------|----|----|
| | Com juro | | | Sem juro | | | Juros em divida | | |
| | £ | S | D | £ | S | D | £ | S | D |
| Novo fundo de 3 por cento (a) | 14.024:500 | | | - | | | 213:780 | 5 | 0 |
| Fundos de 3 por cento de 1848 (b) | 17:075 | | | - | | | 554 | 12 | 6 |
| Fundos de 4 por cento de 1845 (c) | 578:750 | | | - | | | 26:184 | 15 | 0 |
| Fundos de 5 por cento de 1844 | 32:000 | | | - | | | 8:263 | 5 | 0 |
| Fundos antigos de 3 por cento | 750 | | | - | | | 238 | 2 | 6 |
| Fundos antigos de 5 por cento | 1:700 | | | - | | | 968 | 10 | 0 |
| Debentures | 437 | 10 | - | - | | | 257 | 17 | 4 |
| Novo fundo para garantia do empréstimo de Chabrol | 231:400 | | | - | | | - | - | - |
| Cautelas de mínimos de 3 por cento de 1848 | - | | | 610 | 11 | 10 | - | - | - |
| Cautelas de mínimos de 5 por cento de 1841 | - | | | 873 | 0 | 5 | - | - | - |
| Cautelas para capitalização de 1848 | - | | | - | | | - | - | 8 |
| Annuidades | - | | | - | | | - | 8 | 45 |
| Cautelas para capitalização ordenada por decreto de 3 de dezembro de 1851 | - | | | 1:262 | 17 | 4 | - | - | - |
| Cautelas para capitalização do novo fundo de 3 por cento | - | | | 6:508 | 9 | 8 | - | - | - |
| Divida deferida em caução ao empréstimo de Chabrol (d) | - | | | 542:834 | 8 | 9 | - | - | - |
| | 14.886:312 | 10 | - | 552:086 | 8 | 0 | | | |
| | 15.438:398-18-0 | | | 250:258 | | | 3 0 | | |

Representam portanto os referidos capitaes em moeda forte, pelo cambio de 55 d. por 1:000, 67.367:558\$836 réis e os juros 1.092:035\$556 réis.

- (a) Comprehende 29:550 libras de bonds cancelados e depositados no banco de Inglaterra, na conformidade da carta de lei de 19 de abril de 1845.
- (b) Idem 3:905 libras.
- (c) Idem 394:500 libras.
- (d) A divida deferida tem vencimento de juros do 1.^o de janeiro de 1863 em diante, por isso figura n'este quadro sem vencimento de juros.

RECAPITULAÇÃO

| | Capitaes | Juros |
|---------------------|------------------|----------------|
| Dívida interna..... | 69.546:700\$259 | 404:328\$676 |
| Dívida externa..... | 67.367:558\$836 | 1.092:035\$556 |
| | 136.914:259\$095 | 1.496:364\$232 |

Estes quadros offerecem o complexo da dívida consolidada interna e externa, em 30 de junho de 1861, na importancia de 136.914:259\$095 réis em papeis de credito, que teriam reclamado approximadamente desde o 1.^o de janeiro de 1863, em que começou a vencer juros a dívida deferida, o emprego annual de 4.107:427\$770 réis de creditos legislativos, alem dos juros da dívida fluctuante.

A dívida consolidada do estado compõe-se de inscrições e bonds de 3 por cento, tipo unico estabelecido pela conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852, e de restos de antigos fundos ainda não convertidos nos valores descriptos nos ditos quadros.

| | |
|--|-----------------|
| A situação dos novos fundos de 3 por cento, isto é, as inscrições emitidas pela junta do credito publico, que representam a dívida interna, elevava-se em 30 de junho de 1859 a..... | 57.033:950\$000 |
| Por efeito da conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852 | 189:150\$000 |
| Para garantia do empréstimo de 600:000\$000 réis..... | 4.500:000\$000 |
| Para compra de armas de fogo | 332:000\$000 |
| Para garantia do empréstimo para estradas..... | 4.250:000\$000 |
| Para garantia de outro empréstimo para estradas | 4.500:000\$000 |
| Pela conversão das ações do fundo de amortização..... | 600\$000 |
| Pela conversão das ações da companhia do caminho de ferro de leste.. | 5:400\$000 |
| Pela conversão de padrões de juros reais | 2:000\$000 |
| Em troca de inscrições criadas por decreto de 31 de janeiro de 1856 .. | 1.830:000\$000 |
| Em troca de títulos de dívida externa | 2.100:300\$000 |
| Para caução do empréstimo feito à companhia utilidade publica..... | 424:400\$000 |
| | 11.833:550\$000 |
| Soffrendo porém uma diminuição em títulos que foram amortizados no valor de | 2.578:950\$000 |
| O aumento real foi de | 9.254:600\$000 |
| Sendo portanto a situação dos mesmos fundos em 30 de junho de 1861 | 66.288:550\$000 |
| | 252:282\$534 |
| A situação do resto dos antigos fundos da dívida interna de 3, 4, 5 e 6 por cento, que têm de ser convertidos pelo decreto de 18 de dezembro de 1852, era, em 1 de julho de 1859, de réis Emitiram-se durante o exercício..... | 39:806\$881 |
| Extinguir-se: | 212:475\$653 |
| Por troca ou amortização | 161:946\$168 |
| Effectuou-se a conversão de..... | 2:010\$000 |
| Houve portanto uma diminuição de | 159:936\$168 |
| A situação d'estes fundos em 30 de junho de 1861 era de..... | 3.163:884\$093 |
| A dívida interna deferida era em 1 de julho de 1859..... | 278:145\$653 |
| Foram emitidos durante o exercício | 178:643\$799 |
| Effectuou-se a conversão de..... | 456:789\$454 |
| Houve portanto uma diminuição de..... | 2.885:738\$438 |
| A situação d'esta dívida em 30 de junho de 1861 era de..... | |

O resumo das operações durante o exercício de 1859-1860, apresenta, com respeito á dívida fundada interna, a situação seguinte:

| Situação em 1 de junho de 1859 | Resultado do movimento no exercício de 1859-1860 | | Situação em 30 de junho de 1861 |
|---|---|-----------------|---------------------------------------|
| | Augmento | Diminuição | |
| Fundos de 3 por cento | 57.033:950\$000 | 11.833:550\$000 | 66.288:550\$000 |
| Restos de fundos de 3, 4, 5 e 6 por cento .. | 252:282\$534 | 8:692\$359 | 212:475\$653 |
| Restos de capitais de 6 por cento, com juro vencido até junho de 1833 | 161:946\$168 | - | 159:936\$168 |
| Dívida deferida..... | 3.163:884\$093 | 178:643\$799 | 456:789\$454 |
| | | 12.020:886\$158 | 3.086:248\$694 |
| | | 60.612:062\$795 | 8.934:637\$464 |
| | | | 69.546:700\$259 |

A situação da dívida publica externa, no dia 1 de julho de 1859, é a seguinte:

| | |
|--|----------------------|
| A situação da dívida publica externa, de bonds de 3, 4 e 5 por cento em circulação, no dia 1 de julho de 1859, era de libras | 43.346:897 » 10 » 00 |
| Durante o exercício de 1859-1860 teve ella o aumento de libras 4.338:045, isto é: | |
| Por efeito da conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852 | 35:271 » 10 » 00 |
| Por carta de lei de 5 de março de 1858 | 2.000:000 » 00 » 00 |
| Por carta de lei de 30 de junho de 1860 | 18:000 » 00 » 00 |
| | 2.053:271 » 10 » 00 |
| Soffrendo porém uma diminuição em titulos que foram resgatados de | 715:256 » 10 » 00 |
| O aumento real foi de libras | 4.338:015 » 00 » 00 |
| Sendo portanto a situação dos mesmos fundos em 30 de junho de 1861 de | 14.654:912 » 10 » 00 |
| A situação dos novos fundos que servem de garantia ao empréstimo de Chabrol elevava-se em 1 de julho de 1859 a libras | 237:000 » 00 » 00 |
| Resgataram-se durante o exercício | 35:600 » 00 » 00 |
| A situação portanto d'estes fundos em 30 de junho de 1861 era de | 231:400 » 00 » 00 |
| O valor das cautelas de minimos de fundos de 3 por cento de 1848 ascendia em 1 de julho de 1859 a libras | 1:632 » 00 » 1 |
| Durante o exercício foram emitidas cautelas no valor de libras | 33 » 18 » 7 |
| Soffrendo porém uma diminuição de | 4:053 » 6 » 10 |
| Houve pois uma diminuição de | |
| A situação portanto d'estes fundos em 30 de junho de 1861 era de | 1:021 » 8 » 3 |
| A situação das cautelas por minimos de fundos de 5 por cento de 1841 era em 1 de julho de 1859 de libras | 610 » 11 » 10 |
| Foram convertidas durante o exercício | |
| A situação portanto das mesmas cautelas em 30 de junho de 1861 era de | 938 » 16 » 11 |
| A importância das cautelas para capitalização por decreto de 3 de dezembro de 1851 elevava-se em 1 de julho de 1859 a libras | 85 » 16 » 6 |
| Emitiram-se durante o exercício | 474 » 4 » 10 |
| Foram resgatadas por conversão | 4:715 » 7 » 5 |
| Augmento real | 926 » 41 » 14 |
| A situação d'estas cautelas era portanto em 30 de junho de 1861 de | 788 » 15 » 6 |
| O valor das cautelas do novo fundo de 3 por cento elevava-se em 1 de julho de 1859 a libras | 1:262 » 17 » 4 |
| Foram emitidas durante o exercício | 382 » 16 » 5 |
| Foram resgatadas por troca de bonds durante o exercício | 2:336 » 18 » 00 |
| Diminuição real | |
| A situação portanto das cautelas existentes em 30 de junho de 1861 era de | 1:954 » 4 » 7 |
| | 6:508 » 9 » 8 |

| | | | | | | |
|--|--------|---------|----|---|---|--------|
| A situação da dívida deferida externa, que também serve de caução ao empréstimo Chabrol, era em 1 de julho de 1859 de..... | | 554:657 | » | 3 | » | 7 |
| Mas sendo emitidas durante o exercício..... | 3:681 | » | 49 | » | 6 | |
| Soffreu contudo durante o exercício uma diminuição de..... | 45:507 | » | 14 | » | 4 | |
| Diminuição real..... | | | | | | 11:825 |
| A situação da mesma dívida ficou sendo em 30 de junho de 1861 de | | 542:831 | » | 8 | » | 9 |

O resumo das operações do exercício de 1859-1860 apresenta, com respeito à dívida consolidada externa, a situação seguinte:

| EM MOEDA ESTRANGEIRA | Situação em 1 de julho de 1859 | | | Resultado do movimento do exercício | | | | | | Situação em 30 de junho de 1861 | | | |
|--|--------------------------------|----|----|-------------------------------------|----|----|------------|-------|----|---------------------------------|-----|----|----|
| | | | | Augmento | | | Diminuição | | | | | | |
| | £ | S | D | £ | S | D | £ | S | D | £ | S | D | |
| Bonds em circulação de 3, 4 e 5 por cento | 13.316:897 | 10 | 0 | 2.053:271 | 10 | 0 | 745:256 | 10 | 0 | 14.654:912 | 10 | 0 | |
| Novos fundos que servem de garantia ao empréstimo Chabrol | 267:000 | 0 | 0 | - | - | - | 35:600 | 0 | 0 | 231:400 | 0 | 0 | |
| Cautelas por mínimos de fundos de 3 por cento de 1848 | 4:632 | 0 | 1 | - | 33 | 18 | 7 | 1:055 | 6 | 10 | 610 | 11 | 10 |
| Cautelas por mínimos de fundos de 5 por cento de 1841 | 958 | 16 | 11 | - | - | - | 85 | 16 | 6 | 873 | 0 | 5 | |
| Cautelas para capitalização por decreto de 3 de dezembro de 1851 | 474 | 1 | 10 | 1:715 | 7 | 5 | 926 | 11 | 11 | 4:262 | 17 | 4 | |
| Cautelas de novo fundo de 3 por cento | 8:462 | 11 | 3 | 382 | 16 | 5 | 2:336 | 18 | 0 | 6:508 | 9 | 8 | |
| Dívida deferida..... | 554:657 | 3 | 7 | 3:681 | 19 | 6 | 45:507 | 14 | 4 | 542:831 | 8 | 9 | |
| | | | | 2.059:085 | 41 | 14 | 770:768 | 17 | 7 | | | | |
| | 44.450:082 | 3 | 8 | | | | | | | 45.438:398 | 48 | 0 | |
| | | | | | | | | | | | | | |

| EM MOEDA PORTUGUEZA | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|---|-----|-----------|---|------|-----------|---|-----|------------|---|-----|
| Bonds em circulação de 3, 4 e 5 por cento | 58.110:098 | § | 184 | 8.959:730 | § | 183 | 3.124:119 | § | 273 | 63.948:709 | § | 094 |
| Novos fundos que servem de garantia ao empréstimo Chabrol | 1.465:090 | § | 909 | -§- | | | 453:345 | § | 453 | 1.009:745 | § | 454 |
| Cautelas por mínimos de fundos de 3 por cento de 1848 | 7:121 | § | 472 | 148 | § | 055 | 4:603 | § | 127 | 2:664 | § | 400 |
| Cautelas por mínimos de fundos de 5 por cento de 1841..... | 4:184 | § | 054 | -§- | | | 374 | § | 309 | 3:809 | § | 543 |
| Cautelas para capitalização por decreto de 3 de dezembro de 1851..... | 2:068 | § | 763 | 7:483 | § | 254 | 4:043 | § | 327 | 5:510 | § | 690 |
| Cautelas do novo fundo de 3 por cento | 36:927 | § | 545 | 1:670 | § | 489 | 40:197 | § | 380 | 28:400 | § | 654 |
| Dívida deferida..... | 2.420:322 | § | 236 | 16:066 | § | 798 | 67:670 | § | 035 | 2.368:718 | § | 999 |
| | | | | 8.985:100 | § | 5779 | 3.363:355 | § | 106 | | | |
| | 61.745:813 | § | 163 | | | | | | | 67.367:558 | § | 836 |

O quadro que adiante segue é a recapitulação do movimento e situação da dívida pública fundada, tanto interna como externa, durante o exercício de 1859-1860.

| | Situação em 1 de julho de 1859 | Resultado do movimento no exercício de 1859-1860 | | Situação em 30 de junho de 1861 | | | | | | | | |
|----------------------|--------------------------------|--|------------|---------------------------------|---|-----|-------------|---|-----|-------------|---|-----|
| | | Augmento | Diminuição | | | | | | | | | |
| Dívida interna | 60.612:062 | § | 795 | 12.020:886 | § | 158 | 3.086:248 | § | 694 | 69.546:700 | § | 259 |
| Dívida externa | 61.745:813 | § | 163 | 8.985:100 | § | 779 | 3.363:355 | § | 106 | 67.367:558 | § | 836 |
| | | | | 21.005:986 | § | 937 | 6.449:603 | § | 800 | | | |
| | | | | | | | 122.357:875 | § | 958 | 14.556:383 | § | 137 |
| | | | | | | | | | | 136.914:259 | § | 093 |

Vê-se portanto que o aumento da dívida pública consolidada em títulos de 3 por cento foi, nos vinte e quatro meses do exercício de 1859-1860, de 14.556:383§137 réis. Este aumento efectuou-se na seguinte proporção entre a dívida interna e a dívida externa.

| | Réis | | |
|--------------------------------------|------------|---|-----|
| Augmento da dívida interna (a) | 8.934:637 | § | 164 |
| Augmento da dívida externa | 5.621:745 | § | 673 |
| | 14.556:383 | § | 137 |

(a) No aumento da dívida interna figura a somma de 2.100:300§000 réis, em virtude da conversão do mesmo valor de títulos da dívida externa.

DÍVIDA FLUCTUANTE

Esta dívida era em 30 de junho de 1861 de 1.149:362§685 réis.

O seguinte quadro mostra a situação da mesma dívida em 1 de julho de 1859, o movimento que teve nos vinte e quatro meses do exercício de 1859-1860 e o seu estado no dito dia 30 de junho de 1861.

| Situação em 1 de julho de 1859 | Resultado do movimento do exercício de 1859-1860 | | Situação em 30 de junho de 1861 | | | | | | |
|--------------------------------|--|------------|---------------------------------|---------|---|-----|-----------|---|-----|
| | Augmento | Diminuição | | | | | | | |
| 1.993:041 | § | 850 | -§- | 843:679 | § | 165 | 1.149:362 | § | 685 |

Para esta dívida havia penhores em títulos de dívida fundada, letras e bilhetes do tesouro, no valor de 2.247:338§975 réis.

Alem da dívida fluctuante descripta n'este capitulo, ha outra proveniente de varios emprestimos a cargo do tesouro, como o dos 4.000:000§000 réis com a companhia utilidade publica e 600:000§000 réis com o banco de Portugal, cuja importancia o tribunal ainda d'esta vez não pôde apresentar por não possuir dados positivos que manifestem o seu estado actual. Convindo porém no futuro organizar estes quadros, de modo que abranjam toda a dívida do estado, o tribunal renova a este respeito a indicação feita no relatorio de 24 de dezembro de 1862, e espera que lhe será enviado pelo ministerio dos negocios da fazenda um mappa de todos os referidos emprestimos, por tal forma desenvolvido, que comprehenda em relação a cada um, a importancia total, o valor do juro annual, as amortisações que se tiverem effetuado e o seu estado com referencia ao 1.º de julho de 1862.

Finalmente o tribunal julgou dever comprehendér n'este capitulo o encargo annual, relativo aos

títulos de renda vitalícia, que procedem, em grande parte, de pensões com que o estado remunera serviços prestados à nação, apresentando o estado d'esta despesa, não só com respeito à sua situação, mas ao seu movimento no exercício de 1859-1860 e as vacaturas verificadas desde o anno económico de 1846-1847 e reconhecidas durante o referido exercício. E n'este intuito organizou o seguinte quadro comparativo.

| Situação em 1 de julho de 1859 | Resultado do movimento no exercício de 1859-1860 | | Situação em 30 de junho de 1861 |
|--------------------------------|--|-------------|---------------------------------|
| | Augmento | Diminuição | |
| | (a) 72:878\$454 | 64:178\$060 | |
| 475:817\$183 | 8:700\$394 | | 484:517\$577 |

(a) Este augmento comprehende a importancia de 13:124\$145 réis, procedente da suppressão de decima por effeito da lei de 28 de julho de 1860.

O mappa que adiante segue, é o desenvolvimento d'este quadro.

| | Mappa demonstrativo da situação dos encargos representados em títulos de renda vitalícia em 1 de julho de 1861 e o movimento que teve durante o exercício de 1859-1860 | | | | |
|--|--|------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| | Vencimentos annuas | | Total | Deduções conforme as leis | Liquido |
| | De consideração | Sem consideração | | | |
| Encargo em 30 de junho de 1859, segundo o documento n.º 91 do relatório apresentado ás cortes pelo ministerio da fazenda em 26 de janeiro de 1860: | | | | | |
| No continente e ilhas..... | 262:161\$663 | 250:736\$561 | 512:898\$224 | 42:986\$586 | 469:911\$638 |
| Na agencia financial em Londres..... | 6:619\$608 | -§- | 6:619\$608 | 714\$063 | 5:905\$545 |
| Novos títulos concedidos durante o exercício de 1859-1860, segundo os relatórios apresentados ás cortes nas sessões ordinárias de 1860-1861 e 1861-1862, conforme os documentos sob n.º 104 do primeiro anno e 124 do segundo..... | 268:781\$271 | 250:736\$561 | 519:517\$832 | 43:700\$649 | 475:817\$183 |
| Importancia das vacaturas de que houve conhecimento durante o exercício do dito anno de 1859-1860 (a) | 50:416\$730 | 16:313\$462 | 66:730\$192 | 6:975\$883 | 59:754\$309 |
| | 319:498\$001 | 267:050\$023 | 586:248\$024 | 50:676\$532 | 535:571\$492 |
| Diferença que resulta em augmento do encargo pela suppressão do desconto de decima nos termos do artigo 3.º da lei de 28 de julho de 1860 | 34:783\$894 | 34:410\$898 | 68:894\$792 | 4:716\$732 | 64:478\$060 |
| (b) | 284:414\$107 | 232:939\$125 | 517:353\$232 | 45:959\$800 | 474:393\$432 |
| (a) Na importancia das vacaturas figura a quantia de réis 849\$123, de vencimentos que eram abonados pela agencia financial em Londres, com a isenção de impostos. | | | | | |
| (b) D'este encargo pertence: | | | | | |
| Ao continente e ilhas..... | 278:367\$850 | 232:939\$125 | 511:306\$975 | 32:285\$680 | 479:021\$295 |
| À agencia financial em Londres..... | 6:046\$257 | -§- | 6:046\$257 | 549\$975 | 5:496\$282 |
| | 284:414\$107 | 232:939\$125 | 517:353\$232 | 32:835\$655 | 484:517\$577 |

As vacaturas verificadas e reconhecidas durante o exercício tiveram logar nos annos económicos que constam da seguinte demonstração:

| Annos económicos | Vencimentos annuas | | Total | Deduções conforme as leis | Liquido |
|------------------|--------------------|------------------|-------------|---------------------------|-------------|
| | De consideração | Sem consideração | | | |
| 1846-1847..... | 121\$666 | -§- | 121\$666 | -§- | 121\$666 |
| 1847-1848..... | 40\$555 | -§- | 40\$555 | -§- | 40\$555 |
| 1849-1850..... | 250\$090 | -§- | 250\$090 | -§- | 250\$090 |
| 1852-1853..... | 81\$111 | 43\$200 | 124\$311 | -§- | 124\$311 |
| 1854-1855..... | -§- | 34\$560 | 34\$560 | -§- | 34\$560 |
| 1855-1856..... | 762\$221 | -§- | 762\$221 | 150\$000 | 612\$221 |
| 1856-1857..... | 2:650\$525 | 2:958\$688 | 5:609\$213 | 488\$982 | 5:120\$231 |
| 1857-1858..... | 2:604\$435 | 4:364\$989 | 6:969\$424 | 322\$447 | 6:646\$977 |
| 1858-1859..... | 1:553\$900 | 1:188\$299 | 2:742\$199 | 371\$390 | 2:370\$809 |
| 1859-1860..... | 14:137\$148 | 16:906\$711 | 31:043\$859 | 2:515\$397 | 28:528\$462 |
| 1860-1861..... | 12:582\$242 | 8:614\$451 | 21:196\$694 | 868\$516 | 20:328\$178 |
| | 34:783\$894 | 34:110\$898 | 68:894\$792 | 4:716\$732 | 64:178\$060 |

CAPITULO VII

CAMARAS MUNICIPAES, ADMINISTRAÇÕES DISTRICTAIS E ESTABELECIMENTOS DE PIEDADE E DE BENEFICENCIA

A falta de pontual execução da lei na remessa das contas das camaras municipaes, administrações de rendimentos dos districtos e estabelecimentos de piedade e beneficencia, que o tribunal levou ao conhecimento do governo em 24 de dezembro de 1862, continuou sem melhoramento em relação ás contas do anno economico de 1860-1861. Das d'esse anno deram entrada no prazo legal apenas vinte, sendo de cento e quinze, pelo menos, o numero total. Outras vieram posteriormente, faltando ainda até hoje doze, segundo consta da relação n.^º 4 que faz parte d'este capítulo. Similhante facto continua a demorar a fiscalização legal dos repénditos dos municipios e estabelecimentos de piedade e beneficencia, adiando indefinidamente os julgamentos do tribunal.

Em vista da impossibilidade de submeter ao tribunal o exame de todas as contas d'essas corporações, o decreto com força de lei, n.^º 4, de 19 de agosto de 1859, fixou a sua jurisdição para conhecer das mesmas contas sobre a base de um rendimento superior a 4:000\$000 réis, segundo os orçamentos devidamente aprovados. Convindo tornar efectiva a competencia do tribunal, na hypothese em que a estabelece o n.^º 2.^º do artigo 44.^º do mesmo decreto, se estatuiu no artigo 45.^º, que os governadores civis devem remetter ao tribunal uma relação de similhantes corporações, que se acharem comprehendidas na sobredita hypothese, logoque sejam aprovados os respectivos orçamentos. Essa disposição porém tem sido esquecida por grande numero dos ditos magistrados, deixando de cumpri-la, com referencia ao anno economico de 1860-1861, os que constam da relação n.^º 2.

Cumpre notar que se a disposição d'aquelle artigo 45.^º era indispensavel para prestar ao tribunal meios seguros de poder exigir a execução litteral da lei, não parece todavia bastante efficaz para se chegar aos fins que parece deprehender-se do seu espírito. A este respeito o tribunal ha de apresentar a Vossa Magestade as suas idéas convenientemente desenvolvidas, em execução da portaria que lhe foi expedida pelo ministerio dos negócios da fazenda, na data de 16 de setembro proximo findo.

Pelo exame das contas districtaes se conhece que algumas vezes nos respectivos orçamentos são auctorisadas despezas em desharmónia com o preceito das leis; mas como os pagamentos são effetuados em face de ordens revestidas das solemnidades legaes, fundadas nas auctorisações dos mesmos orçamentos, não podem deixar de ser abonadas. Conviria para evitar, ou ao menos difficultar a reiteração de similhantes factos, applicar aos orçamentos districtaes o que para os municipaes está estabelecido no § unico do artigo 149.^º do codigo administrativo.

As camaras municipaes que têm a seu cargo estabelecimentos de expostos, estão na pratica de incluirem nas suas contas de gerencia as que respeitam a estes estabelecimentos, quasi sempre comprovadas com documentos que não têm a menor authenticidade. Esta pratica é inteiramente irregular por isso que tal administração é mais districtal que municipal. Segundo o preceito do decreto de 19 de setembro de 1836 artigo 8.^º, o governador civil deve apresentar à junta geral miudas contas da administração de cada uma das rodas, d'onde se infere que as camaras as devem dar aos governadores civis, sem o que estes não poderiam cumprir aquelle dever, parecendo portanto que essas contas devem ser incluidas nas contas districtaes para serem presentes ao tribunal. Este objecto reclama a atenção do governo para que tales estabelecimentos saíam do chaos em que se acham, regulando-se as suas contas de modo que se evitem os desvios e que as despezas sejam legalisadas com documentos que possam merecer fé.

É indispensavel que a conta de gerencia de uma corporação administrativa ou estabelecimento de piedade e beneficencia, que tem de ser submetida ao exame e julgamento do tribunal, em seguimento da do anno anterior, que houvesse sido estranha á sua competencia, venha acompanhada da copia authenticada do julgamento do conselho de districto, proferido na dita conta anterior, com a declaração do saldo em transição.

Para facilitar o ajustamento das contas d'essas corporações na direcção competente, convirá estabelecer como regra, que os mandados, ou ordens de pagamento não comprehendam diversas despezas, limitando-se cada uma ao artigo da conta a que respeitar. A pratica contraria, seguida em algumas d'essas corporações, alem de menos regular, demora e difficulta, os ajustamentos e pode dar logar a enganos.

As camaras municipaes são eleitas para servir por biennios, comprehendendo estes dois annos civis e prestam contas por annos economicos. D'esta fórmula a camara que entra em exercicio em 2 de janeiro, dá contas no fim de junho da gerencia municipal de um anno economico, que comprehende seis meses da responsabilidade da anterior. Facil é reconhecer os inconvenientes e as diffículdades que nascem do sistema em que um só orçamento annual regula a responsabilidade de duas administrações: d'ahi resulta a facilidade com que aquella que gera os negocios do municipio no primeiro semestre d'esse anno economico, despende as receitas, deixando a seus successors a embaragaçosa posição que o mais das vezes se traduz em falta de pagamentos regulares e em dívida para os seguintes orçamentos.

Nenhum transtorno resultaria de se ordenar que a organisação dos orçamentos e a prestação das contas de taes estabelecimentos fossem reguladas por annos civis, havendo sempre conta separada da gerencia de qualquer commissão nomeada em caso de dissolução e fazendo-se n'este sentido as alterações necessarias na legislação em vigor.

Para de algum modo se obviarem taes inconvenientes, ordenou a portaria do ministerio do reino de 4 de fevereiro de 1844, que as camaras que acabam, devem escripturar toda a sua receita e despesa no ultimo semestre, podendo as camaras que lhes succedem, prestar por essa escripturação as contas d'aquelle semestre, recaindo assim toda a responsabilidade que d'ellas resultarem, nos vereadores que então serviam. Se esta providencia não destruia os inconvenientes notados, attenuava-os com tudo. É porém certo que a portaria mencionada, ou por não ser circular ou por ser apenas facultativa, não tem tido execução; o que ocasiona graves embarracos na verificação das responsabilidades, sendo portanto de grande interesse que, em quanto providencias mais cabes não regulam a matéria, se mande observar as que contém a referida portaria, ampliando-a aos estabelecimentos de piedade e beneficencia.

Raras são as contas de camaras municipaes em que não apareçam excessos de despezas com relação ás auctorisadas nos orçamentos annual e supplementares, despezas que as camaras consideram justificadas, já com fundamento de serem urgentes, já com as auctorisações dos orçamentos anteriores. É este um grave assumpto de que o tribunal ha de ocupar-se tambem oportunamente, quando der cumprimento á citada portaria do ministerio dos negocios da fazenda.

As observações que contém o relatorio do tribunal de contas de 24 de dezembro de 1862, sobre a necessidade de um sistema geral de contabilidade publica, regular e uniforme, foram já attendidas no regulamento geral, aprovado por decreto de 12 de dezembro de 1863, resta agora organizar o que é da maior urgencia, a contabilidade relativa aos corpos administrativos e estabelecimentos de piedade e beneficencia, em termos de ordem e clareza, que obste ao arbitrio e evite os abusos, sem entorpecer a marcha regular da administração commettida ás mesmas corporações e o complemento dos seus actos.

As bases em que assenta o regulamento geral de contabilidade publica podem ser adaptadas á contabilidade dos municipios, districtos e irmandades, adicionando-se-lhe as prescripções reclamadas pela natureza especial das respectivas contas.

N.º 1

Relação das contas das camaras municipaes e estabelecimentos de piedade e beneficencia
do anno economico de 1860-1861,
que ainda não deram entrada no tribunal de contas

| Districtos | Camaras municipaes e estabelecimentos de piedade e beneficencia |
|----------------------|---|
| Porto..... | Real irmandade da Lapa. |
| Bragança..... | Camara municipal de Vinhaes. |
| Aveiro..... | Camara municipal de Estarreja. |
| Guarda..... | Camara municipal do Sabugal. |
| Castello Branco..... | Camara municipal de Castello Branco. |
| Leiria | Camara municipal do Fundão. |
| Lisboa | Hospital das Caldas. |
| Funchal..... | Misericordia de Lisboa. |
| | Recolhimento da Rua da Rosa. |
| | Recolhimento do Calvario. |
| | Recolhimento do Grillo. |
| | Misericordia. |

N.º 2

Relação dos governadores civis do continente e ilhas que não enviaram relações das contas
das camaras municipaes e estabelecimentos de piedade e beneficencia,
sujeitos á jurisdição do tribunal de contas, respectivas ao anno economico de 1860-1861

| | | | |
|---------------------|--|---------------------|---|
| Governador civil de | Beja. Braga. Bragança. Coimbra. Guarda. Leiria. | Governador civil de | Santarem. Vizeu. Angra. Horta. Funchal. Ponta Delgada. |
|---------------------|--|---------------------|---|

Senhor: — Completando pela fórmula descripta nos sete capítulos d'este relatorio os seus trabalhos sobre o exame das contas dos ministerios e da junta do credito publico do exercicio de 1859-1860, o tribunal tem a honra de submette-los respeitosamente á elevada consideração de Vossa Magestade.

Votado e aprovado em sessão plena do tribunal de contas de 22 de dezembro de 1864.

Visconde de S. Bartholomeu, presidente.
Joaquim Larcher.

Antonio de Paiva Pereira da Silva, vencido em quanto a algumas conclusões do capítulo 7.
Francisco Simões Margiobi.

Antonio Correia Caldeira.
Thomás Cabral Soares de Albergaria.
Antonio Rodrigues Sampaio.

Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.
Alberto Antonio de Moraes Carvalho.

Fui presente,
Joaquim José da Costa e Simas.



